

MESTRADO EM ENSINO DA GEOGRAFIA
NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E
ENSINO SECUNDÁRIO

Geografia para a Cidadania – Ensaaios no Ensino Básico e Secundário

Selma Joana Teixeira Reis

M

2019



Selma Joana Teixeira Reis

**Geografia para a Cidadania – Ensaaios no Ensino Básico e
Secundário**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino
Básico e Ensino Secundário

Orientado pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Coorientado pela Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos

Orientadora de Estágio, Dr.^a Maria Salomé Fernandes Ribeiro

Supervisora de Estágio, Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2019

Geografia para a Cidadania – Ensaios no Ensino Básico e Secundário

Selma Joana Teixeira Reis

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Orientado pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Coorientado pela Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos

Orientadora de Estágio, Dr.^a Maria Salomé Fernandes Ribeiro

Supervisora de Estágio, Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Membros do Júri

Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Paula Maria Nogueira Lopes Costa

Diretora do Agrupamento de Escolas de Rio Tinto

Classificação obtida: 18 valores no Relatório Escrito e na Discussão de Provas Públicas.

Selma Joana Teixeira Reis

**Geografia para a Cidadania – Ensaios no Ensino Básico e
Secundário**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino
Básico e Ensino Secundário

Orientado pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Coorientado pela Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos

Orientadora de Estágio, Dr.^a Maria Salomé Fernandes Ribeiro

Supervisora de Estágio, Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2019

Em homenagem aos meus alunos...

Que me fizeram perceber que o conhecimento, só potencia aquilo que já sou!

Sumário

Declaração de Honra.....	8
Agradecimentos	9
Resumo	10
Abstract	11
Índice de Quadros, Gráficos, Tabelas, Mapas e Figuras	12
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	14
Introdução.....	15
Objetivos e Questões.....	17
Metodologia	19
Capítulo 1. A Minha Perspetiva e a de Tantos Outros	22
1.1. Do Passado ao Presente: Qual o papel da escola?.....	23
1.2. Para que é que estamos a formar e a ser formados?	27
1.3. Recursos da Cidadania	31
1.4. Estado da Arte	36
1.5. Percursos da Cidadania na Geografia.....	40
2. Abordagem e Perspetiva Pedagógica.....	42
2.1. Geografia e Cidadania.....	42
2.2. Enquadramento do Estudo de Caso: Cenário e Realidade	43
2.2.1. Caracterização da Escola e das Turmas	43
2.2.2. Abordagens Transversais e Percursos Metodológicos: Considerações Gerais sobre a Prática de Ensino.....	47
2.2.3. Atividades de Cidadania desenvolvidas na Prática de Ensino	49
2.3. Resultados: Cidadania no Ensino da Geografia - O que pensam os alunos e os professores	58
Capítulo 3. Considerações Finais.....	68
Referências Bibliográficas	75

Legislação.....	78
Bibliografia Consultada.....	78
Anexos	81

Declaração de Honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, Setembro de 2019

Selma Joana Teixeira Reis

Agradecimentos

Desejo expressar o meu reconhecimento, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho:

Agradeço às pessoas que estiveram (e estão) mais próximas de mim ao longo de todo o meu trabalho: à minha mãe, a minha primeira educadora; ao meu pai, parceiro de todas as confissões; às minhas irmãs, tentadoras para as boas distrações; ao meu cão por ser motivo de todas as pausas; e à restante família, que mesmo pressionando todo o processo, estão sempre na fila da frente como incentivadores do resultado.

Retribuo também o carinho, companheirismo e traquinice que recebi ao longo deste ano letivo, aos meus (primeiros) alunos, agradecendo pelo crescimento, cumplicidade e amizade que criamos.

Reconheço igualmente, por mais clichê que se torne, a orientação imprescindível, os ensinamentos, conselhos e apoio prestado no decorrer da minha experiência da prática profissional, como no de todo o trabalho, a todos os docentes, em especial aqueles por quem nutro um enorme carinho e admiração, que privaram comigo ao longo destes cinco anos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Escola Secundária António Nobre.

Não esquecendo, aqueles que foram os meus companheiros de todas as horas, que comigo traçaram e viveram esta caminhada, e a quem estou muito grata pela oportunidade de me graduar ao seu lado... Em especial aos meus “cabecinhas”, que têm tanto de coração.

A todos aqueles que viveram, reviveram, espectaram, me suportaram e me encorajaram, ou que de uma forma diversa mostraram a sua solidariedade, para que findasse este trabalho com o mesmo brio de sempre... O meu **MUITO OBRIGADA!**

Resumo

Na imprevisibilidade do mundo atual, onde o conhecimento científico e tecnológico se desenvolve a um ritmo de tal forma rápido, somos confrontados diariamente com um crescimento exponencial de informação a uma escala global. Mas há uma diferença abismal entre a informação em catadupa e o conhecimento cognitivo, social e pessoal propriamente dito!

Assim, é importante que as questões da vida em sociedade e da Educação para a Cidadania façam parte, com clareza, da organização curricular, levando a ética ao centro da reflexão e do exercício da cidadania.

No âmbito da Iniciação à Prática Profissional, inserida no Mestrado em Ensino de Geografia no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, no ano letivo 2018-2019, pretendeu-se que os alunos da Escola Secundária António Nobre nas aulas de Geografia, adquirissem não só conhecimentos científicos, mas também competências e atitudes que lhes permitissem assumir um lugar, crítico e interveniente, na sociedade.

A metodologia utilizada para responder à pergunta orientadora deste trabalho “Como pode ser promovida a Educação para a Cidadania no contexto da Educação Geográfica através dos temas curriculares?”, baseou-se na revisão de literatura científica, nos documentos legais, na análise dos trabalhos realizados, nos inquéritos respondidos, na observação direta durante as aulas e nas conversas informais decorrentes da interação alunos/professores e aluno(s)/aluno(s).

Cientes da complexidade deste fenómeno, a nossa intenção não é expor soluções para um problema complexo e suscetível de interpretações plurais, mas propor, que este relatório constitua uma oportunidade de reflexão sobre os pressupostos conhecimentos, valores e competências que podem ser adquiridos nesta disciplina, bem como constatar que as ações orientadas para uma Educação para a Cidadania não se limitam às fronteiras das disciplinas e da escola, mas, se ampliam a situações de forte relação com os contextos de vida, dado que se trata de uma realidade socialmente construída.

Palavras-chave: Educação, Cidadania, Currículo, Professor, Geografia.

Abstract

In the unpredictability of today's world, where the scientific knowledge and technological develops at such a fast pace, we are confronted everyday with an exponential growth of information at global scale. But there is an abysmal difference between flooding information and cognitive, social and even personal knowledge!

So, it's important that the issues of life in society and Education for Citizenship make part, with clarity, of the curriculum organization, bringing the ethic to the center of the reflection and the exercise of citizenship.

In the context of the Initiation to Professional Practice, inserted in the Master in Geography Teaching in the 3rd cycle of Basic Education and Secondary Education, in the academic year 2018-2019, was intended that the students of Secondary School António Nobre, in the classes of Geography, would acquire not only scientific knowledge but also competences and attitudes that would enable them to assume a critical and intervening place in society.

The used methodology to answer this work guiding question “How can Citizenship Education be promoted in the context of geographic education through the curriculum themes?”, was based in the revision of the scientific literature, legal documents, analysis of work done, answered inquiries, direct observation during the classes and the informal talks of the interaction student/professor and student(s)/student(s).

Aware of the complexity of this phenomenon, our intention isn't to present solutions to a complex problem that may be susceptible to plural interpretations, but to propose that this report be an opportunity for reflection on the presupposed knowledge, values and competences that can be acquired in this subject, as well as to note that actions oriented towards Citizenship Education are not limited to the boundaries of subjects and schools, but they extend to situations that are strongly related to life contexts, since it is a socially constructed reality.

Keywords: Education, Citizenship, Curriculum, Teacher, Geography.

Índice de Quadros, Gráficos, Tabelas, Mapas e Figuras

Quadros:

- *Quadro 1 - Questões e método de Recolha de Dados* 21
- *Quadro 2 - Caracterização das 3 turmas ministradas pelo núcleo de estágio (2018/2019)* 46
- *Quadro 3 - Amostra Representativa* 49
- *Quadro 4 - Conteúdos geográficos e Indicações das Aprendizagens Essenciais e Objetivos de Educação para a Cidadania nas atividades desenvolvidas com as turmas*..... 50

Gráficos:

- *Gráfico 1 - Pergunta 4 do Inquérito* 59
- *Gráfico 2 - Pergunta 7 do Inquérito* 60
- *Gráfico 3 - Pergunta 5 do Inquérito* 61
- *Gráfico 4 - Pergunta 6 do Inquérito* 63
- *Gráfico 5 - Pergunta 8 do Inquérito* 64
- *Gráfico 6 - Pergunta 9 do Inquérito* 65

Figuras:

- *Figura 1- Esquema concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* 32
- *Figura 2 - Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola*.....37
- *Figura 3 - Imagens da ESAN* 45

- *Figura 4 – Nuvem de Palavras: “O que entende por Cidadania?”, palavras e expressões mais referidas pelos alunos e professores.....66*
- *Figura 5 - Triângulo da Cidadania (adaptado de Reis 2000, citando Rowe 1993) 72*

Mapas:

- *Mapa 1 – Localização da ESAN..... 44*

Lista de Abreviaturas e Siglas

- **A.E.A.N.** – *Agrupamento de Escolas de António Nobre;*
- **C.R.P.** – *Constituição da República Portuguesa;*
- **D.G.E.** – *Direção Geral da Educação;*
- **D.U.D.C.** – *Declaração Universal dos Direitos das Crianças;*
- **D.U.D.H.** – *Declaração Universal dos Direitos Humanos;*
- **E.C.G.** – *Educação para a Cidadania Global;*
- **E.N.E.C.** – *Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania;*
- **E.S.A.N.** – *Escola Secundária António Nobre;*
- **I.P.P.** – *Iniciação à Prática Profissional;*
- **L.B.S.E.** – *Lei de Bases do Sistema Educativo;*
- **O.D.S.** – *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;*
- **P.A.F.C.** – *Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular;*
- **T.I.C.** – *Tecnologias de Informação e Comunicação;*
- **T.I.G.** – *Tecnologias de Informação Geográfica;*
- **U.E.** – *União Europeia.*

Introdução

O território português e o mundo, têm sido alvos de vários acontecimentos e situações-limite, danosas para o bem-estar e qualidade de vida das populações. A correção destes episódios, no espaço multiescalar onde ocorrem estas ações, torna o processo profundamente geográfico, uma vez que constitui uma das principais áreas do conhecimento em Geografia.

Queremos com isto dizer, que a Geografia, para além de outras disciplinas, tem um papel fundamental na forma como os alunos veem, percebem, conhecem e se apropriam de um local, região, país, continente, ou até mesmo, do mundo.

A Geografia enquanto disciplina, através das suas dimensões conceptual e instrumental, auferir a compreensão do espaço vivido, não de uma forma fragmentada e atomizada, mas sim, usufruindo das suas multifuncionalidades, interações e conexividades no espaço e no tempo, de forma a que os alunos possam atuar de forma ativa, crítica e participativa, mobilizando as competências geográficas que possuem.

A Geografia nem sempre é valorizada no currículo nacional dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário, mas é fundamental na formação de cidadãos ativos e com sentido crítico, dado que nas últimas décadas, vivemos tempos de grandes mudanças sociais, políticas e económicas, onde surgem diariamente novos dilemas e novas formas de conhecimento. As pessoas atualmente são submergidas com inúmeras informações, provenientes de uma grande diversidade de fontes imediatas, por vezes deturpadas, pouco claras ou com objetivos ocultos. Face a esta realidade, ambiciona-se que a escola favoreça o desenvolvimento de competências que contribuam para a inclusão dos jovens cidadãos na sociedade e lhes permitam usufruir de uma vida melhor.

Neste sentido tem emergido um terceiro pilar entre os deveres da ciência - o de responsabilização social para a promoção do desenvolvimento e bem-estar - que faz com que olhemos para o conhecimento como algo mais do que a pura investigação e ensino-aprendizagem, interpelando-nos, para que possamos enfrentar os desafios contemporâneos e especificidades de cada contexto.

É consensual o papel da escola na preparação dos alunos como cidadãos do futuro,

nomeadamente no elo com as comunidades locais e com o mundo, assumindo-se assim como fundamental na educação para a cidadania.

Para a construção desta conceção de escola, contribuem todos os membros da comunidade educativa e, sobretudo, os docentes, no desenvolvimento das competências específicas das suas disciplinas, não se podendo negligenciar a participação da Geografia, que por definição já constitui um saber interdisciplinar na apreensão das inter-relações entre o território, a natureza e a sociedade.

Agora, que termina um ano letivo para dar lugar a um novo, é um bom momento para sabermos se a ação escolar está a acompanhar as transformações, a descobrir soluções e a dar respostas aos desafios que se colocam à educação do século XXI.

Alguns desses desafios, por sinal muito debatidos e polémicos em âmbito escolar, são a diversidade de alunos e a heterogeneidade de respostas; o estudo fragmentado e a instrução de um cidadão competente; a exaustão emocional, desgaste e síndrome de penosidade docente, e os conflitos de gestão curricular, indisciplina e índices motivacionais dos alunos; entre outras parelhas, que embora não sejam fenómenos recentes, assumem-se com maior visibilidade na atualidade.

O que se ensina e se aprende, hoje, nas escolas? Para que serve o tempo que passamos nas escolas? O mundo digital está a mudar o nosso quotidiano, mas que impacto teve nas nossas escolas? Como se desenvolvem os alunos do ensino básico ao secundário? Como chegam atualmente os alunos à universidade? O que é esperado de um aluno à saída do ensino superior? Qual é o papel da escola e da comunidade na formação cidadã das crianças e jovens portugueses? Quais as competências de formação cidadã para a prática de uma cidadania ativa na escola e na comunidade?

Mediante o exposto, e considerando a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (E.N.E.C.), publicamente apresentada a 15 de Setembro de 2017, concebida para a formulação de um mecanismo abrangente e duradouro, assente em objetivos, que partisse da escola, mas não se limitasse aos seus muros e às suas salas de aula, abrimos as portas a vários temas.

Poder-se-á ler, pelo que apreendemos do estágio profissional realizado na Escola Secundária António Nobre, ao longo do ano letivo 2018/2019, no Porto, subjacente ao

tema “Geografia para a Cidadania – Ensaio no Ensino Básico e Secundário”, que há necessidade de se pensar a educação para a cidadania de um modo estratégico, em que todas as dinâmicas da escola procurem concorrer para os objetivos traçados nos documentos estruturantes, capacitando todos os docentes que a escola do século XXI não pode ser apenas um veículo de transmissão de conhecimentos e saberes essenciais, mas fundamentalmente, reconhecê-la como uma das principais instituições que contribuem para a formação integral da comunidade, reforçando a ideia de que não se consegue educar para a democracia se o professor continuar a ser o único elemento de decisão dentro da sala de aula, não promovendo a oportunidade para o sentido crítico e se não se criarem espaços de vivência em cidadania.

A nossa preocupação com a Educação para a Cidadania surgiu da nossa vivência enquanto cidadãos, da nossa convivência com os alunos, e da consciência de que é imperativo que cada cidadão exerça o seu papel ativo e crítico, na sociedade.

Objetivos e Questões

O presente trabalho tem como objetivo geral perceber como pode ser promovida a Educação para a Cidadania no contexto da Educação Geográfica através dos temas curriculares, ao nível do 3.º Ciclo do Ensino Secundário.

Com base nas breves reflexões supracitadas, equacionaram-se como ponto de partida um pequeno conjunto de questões às quais pretendemos responder de forma clara e concisa no decorrer deste trabalho:

- O que fundamenta a promoção da Educação para a Cidadania na escola?
- Que princípios orientam a ação do professor como agente de Educação para a Cidadania?
- Qual o contributo dos professores de Geografia para a formação de cidadãos?
- Como posso promover a Educação para a Cidadania tendo como contexto a aula de Geografia?
- Poderão as atividades desenvolvidas nas aulas de Geografia proporcionar,

simultaneamente, o sucesso na disciplina e o desenvolvimento de capacidades necessárias ao exercício da cidadania?

- Quais os conteúdos de Geografia onde se introduz a Cidadania Pró-ativa?
- Que importância atribuem os alunos à disciplina de Geografia para a sua educação enquanto cidadãos?

Para o efeito, e por modo a satisfazer as questões de partida anteriormente enumeradas, definimos como objetivos principais:

- **Refletir** sobre o papel da escola;
- **Avaliar** a relação entre a escola e a comunidade;
- **Espelhar** a formação contínua e inicial de professores, e a dos alunos.
- **Ponderar** o que é a cidadania;
- **Identificar** quais os documentos e recursos da cidadania;
- **Verificar** a relação entre os Direitos e Deveres de um cidadão e a educação;
- **Investigar** o que é feito na Europa e no mundo à cerca da Educação para a Cidadania;
- **Identificar** quais os temas dos currículos de Geografia do Ensino Secundário, que contribuem para a formação de cidadãos cientes dos seus Direitos e Deveres;
- **Relacionar** os contextos socioculturais e familiares com a formação dos jovens, os seus comportamentos, objetivos de vida, e consequentemente, a sua intervenção na comunidade;
- **Propor** possíveis metodologias pedagógicas e didáticas alternativas para enaltecer os objetivos propostos na Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (E.N.E.C.), na disciplina de Geografia.

Para responder às questões supramencionadas, procedeu-se à estruturação do trabalho em três capítulos estruturais. Apresenta-se de seguida uma breve descrição dos mesmos:

No capítulo I, faz-se uma abordagem ao tema central deste trabalho e desenvolvem-se alguns pontos-chave relativos à promoção da Educação para a Cidadania, comentando

vários outros temas inerentes, como o papel da escola e de como é que este tem sido percecionado ao longo dos anos, as principais responsabilidades dos agentes educativos na formação dos alunos, os principais documentos legais do sistema educativo português, bem como documentos internacionais a respeito da cidadania, e ainda, a cidadania em contexto de sala de aula, em Geografia.

No capítulo II, é feita a caracterização da escola e das turmas onde se realizou a I.P.P. – Iniciação à Prática Profissional, bem como a reflexão das práticas pedagógicas e das atividades desenvolvidas, e a apresentação e análise dos resultados obtidos relativamente ao desenvolvimento dos alunos enquanto cidadãos, nomeadamente ao nível da sua participação ativa e sentido crítico.

Por último, no capítulo III, apresentam-se as considerações finais, numa síntese crítica com referência ao trabalho realizado e finaliza-se com algumas recomendações a desenvolver numa prática docente futura, fazendo-se saber, que mais do que responder às nossas próprias interpelações, esperamos, que os resultados obtidos no estudo possam auxiliar todos os profissionais ligados à educação, particularmente, os professores de Geografia, no desenvolvimento de ações que contribuam para a comunhão entre a escola e a comunidade, incentivando a uma participação interveniente, responsável, ponderada, solidária, crítica e ética dos jovens cidadãos, quer na gestão do espaço escolar, quer no respeito em relação ao outro e às diferenças no contexto da sociedade.

Metodologia

A metodologia utilizada para responder à pergunta orientadora deste trabalho “Como pode ser promovida a Educação para a Cidadania no contexto da Educação Geográfica através dos temas curriculares?”, baseou-se na revisão de literatura científica, nos documentos legais sobre a Educação para a Cidadania, na análise dos trabalhos realizados com os alunos, nos inquéritos respondidos por estes e pelos professores, e na observação direta durante as aulas, bem como nas conversas informais decorrentes da interação alunos/professores e aluno(s)/aluno(s).

O quadro seguinte (Quadro 1) mostra a relação entre a questão de partida do Estudo, e outras que surgiram a partir desta, e os instrumentos de recolha de informação utilizados para responder as mesmas.

QUESTÃO DE PARTIDA: Como pode ser promovida a Educação para a Cidadania no contexto da Educação Geográfica através dos temas curriculares?

QUESTÕES	OBJETO DE ESTUDO	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS
1. O que fundamenta a promoção da Educação para a Cidadania na escola?	• Literatura científica; • Documentos legais.	➤ Análise documental.
2. Que princípios orientam a ação do professor como agente de Educação para a Cidadania?	• Literatura científica; • Documentos legais.	➤ Análise documental.
3. Qual o contributo dos professores de Geografia para a formação de cidadãos?	• Atividades desenvolvidas com os alunos; • Perspetiva dos alunos.	➤ Observação de aulas; ➤ Atividades em contexto de sala de aula; ➤ Conversas informais.
4. Como podemos promover a Educação para a Cidadania tendo como contexto a aula de Geografia?	• Atividades desenvolvidas com os alunos; • Perspetiva dos alunos.	➤ Observação de aulas; ➤ Conversas informais; ➤ Atividades em contexto de sala de aula; ➤ Inquérito; ➤ Notas de campo.
5. Poderão as atividades desenvolvidas nas aulas de Geografia proporcionar, simultaneamente, o sucesso na disciplina e o desenvolvimento de capacidades necessárias ao exercício da cidadania?	• Literatura científica; • Documentos legais; • Atividades desenvolvidas com os alunos.	➤ Análise documental; ➤ Observação de aulas; ➤ Atividades em contexto de sala de aula; ➤ Inquérito; ➤ Notas de campo.
6. Quais os conteúdos de Geografia onde se introduz a Cidadania Pró-ativa?	• Literatura científica; • Documentos legais.	➤ Análise documental; ➤ Notas de campo.
7. Que importância atribuem os professores e alunos à disciplina de Geografia para a sua educação enquanto cidadãos?	• Perspetiva dos alunos.	➤ Observação de aulas; ➤ Atividades em contexto de sala de aula; ➤ Conversas informais; ➤ Inquérito.

Quadro 1 - Questões e método de Recolha de Dados

Capítulo 1. A Minha Perspetiva e a de Tantos Outros

A discussão sobre o veículo escolar na formação de cidadãos, tem um longo percurso. Fruto disso é a já inúmera e vasta literatura científica e de carácter estratégico, bem como, os notáveis estudos, nacionais e internacionais, elaborados e executados nesta área, cujos resultados parecem estar divididos entre os reais benefícios e os possíveis prejuízos, de declarar, abertamente e sem filtro(s), que a escola tem um poder inverosímil na vida dos indivíduos.

Nesta medida, é perfeitamente natural que, por vezes, ao ler este relatório possa encontrar várias verdades dúbias, ou até mesmo, podemos conduzi-lo a interpretações semelhantes.

Não obstante, clarifiquemos o que lhe tentamos explicar: “Qual é o papel da escola na reprodução social?”.

Já todos ouvimos ou proferimos, como se de um adágio popular se tratasse, frases como: “Estuda para um dia seres alguém!”, mas vejamos agora, a verdade dúbia por detrás desta declaração.

O acesso ao ensino é gratuito e obrigatório, por sua vez, e não menos importante, o sistema educativo português permite a ascensão social e a renovação da sociedade, ao ponto de ser tomado como arma contra qualquer poder político, mas não é verdade que o corrobora e é gerador de desigualdades? Segundo Vânia Fontão (2013), a escola atual, substituiu as discrepâncias de ingresso pelas disparidades de currículos, privilegiando (in)voluntariamente as crianças e jovens de classes dominantes, que já controlam fatores como o “aparato cultural”.

Deste modo, por forma a tornar a análise (da nossa opinião por vezes mordaz), pouco exaustiva e exponencialmente menos custosa, falemos sobre o que representa, também para nós, o papel da escola.

1.1. Do Passado ao Presente: Qual o papel da escola?

Apesar das infinitas vezes que possamos já ter colocado esta questão, será que já obtivemos uma resposta concreta, segura, anti partidária e sem hesitações?

Ao longo de vários anos, muitos autores, têm-se constrangido quando abordam o papel da escola perante a sociedade. A escola, enquanto instituição de ensino, foi concebida com o principal propósito de educar para transformar os indivíduos e a sociedade.

Mas, é perfeitamente aceitável, nos dias de hoje, ninguém ter uma resposta clara para aquele que é o verdadeiro dever da escola enquanto instituição formadora, pois, foram-lhe transferidas e delegadas várias responsabilidades e papeis.

Sempre se tentou averiguar a importância da escola para a sociedade, sendo que interfere na formação dos indivíduos, mas, sobretudo, atualmente, onde as mudanças ocorrem de uma forma tão rápida que o fator humano não consegue acompanhar, é impreterível!

Segundo Elisabete Pogere (2017), diante da velocidade com que se divulga, partilha, interpreta, é ultrapassada e “morre” a informação, neste mundo em constante mudança, o papel da escola tem vindo a transformar-se (senão) na essencial tarefa de educar, (pelo menos) na de ensinar, de conduzir a aprendizagem e de formar, tornou-se incessantemente necessária. Ou seja, a resposta à pergunta de qual o papel da escola na sociedade atual, incide sobre o facto de através dela formarmos cidadãos conscientes, críticos, competentes e preparados para (con)viver em sociedade, utilizando argumentos em que a definimos como reconstrutora da sociedade, por meio da homogeneização das desigualdades, com a produção de indivíduos eficazes, estimulados para o desenvolvimento cognitivo e socioeconómico.

Segundo esta perspetiva, o papel da escola é quase como, praticar uma função de socialização formal, através da aprendizagem dos conteúdos, e informal, através do contacto com a comunidade escolar, onde são passados valores, tais como a ordem, disciplina, respeito, boa educação, etc, introduzindo os conceitos de Sarmento (2006), de “Cidadania Cognitiva”, decorrente de formas múltiplas de aceder ao conhecimento da

“Teoria das Inteligências Múltiplas” de Howard Gardner (1985), que afirma existir uma multiplicidade de formas de exercício cognitivo e de apropriação da realidade pelo intelecto; e de “Cidadania Íntima”, que é o espaço de afirmação da identidade e da alteridade, de reconhecimento de uma diferença não menorizante no que toca género, cultura, religião, origem social ou étnica, língua, etc.

Na contemporaneidade, ir à escola e ocupar um lugar na sala de aula para adquirir o conhecimento e a informação, deixou de ser algo privilegiado, sacralizado e de acesso restrito, para ser um local aberto e amplo, onde todos podem aprender, desenvolver as suas capacidades e inter-relacionar-se, construindo assim, múltiplos saberes.

A escola é um *locus* fundamental da Educação para a Cidadania, de uma importância cívica fundamental, não como uma “antecâmara para a vida em sociedade”, mas constituindo o primeiro degrau de uma caminhada que a família e a comunidade enquadram (Martins, 1992).

“O papel da escola pública parece-nos de crucial importância na Educação para a Cidadania, dado que a escola pública, por definição, acolhe todos, e é parte integrante da vida da cidade democrática” (Vasconcelos, 2007).

Contudo, formar pessoas críticas e preparadas para a sociedade envolvente, numa escola de inclusão, parece-nos, assim como ao Filósofo Mário Sérgio Cortella (RTP, 2010), uma falácia, já que infelizmente, a escola está muito longe de ser um ambiente seguro e imparcial, que impede que as diferenças que existem fora dos seus muros, entrem no recinto escolar e “massacrem” toda a comunidade educativa.

Creio então, que chegou a altura de fazermos outras questões: Poderá a escola, enquanto instituição de ensino “atemporal”, mudar a sociedade deste tempo? Poderá a escola, com os seus recursos humanos e materiais, mudar a sociedade atual, como se fosse o único agente de mudança a quem atribuir responsabilidades? Poderá a sociedade continuar a terciarizar a educação de “berço” para a escola, em virtude da impunidade e imunidade parental, social e política? E então, a importância educativa de instituições não escolares tais como: os meios de comunicação, a publicidade, as redes sociais, o bairro, as igrejas, os grupos e associações a que pertencem, os movimentos de pressão, etc?

Claro, que planear todo o processo educativo é planificar o indefinido, dado que “a educação não é um processo, cujos os resultados podem ser plenamente pré-definidos, pré-escolhidos ou facilmente determinados, como se fossem produto decorrente de uma ação puramente mecânica” (Menegola e Sant’anna, 2001), mas toda esta desobrigação e declinar no dever de educar por parte das famílias, fez com que a par, a escola se tornasse responsável, não só pelo processo de ensino e aprendizagem de conteúdos cognitivos, mas, e sobretudo, a escola assumisse a atribuição de formar o cidadão, construindo com ele, não só conhecimentos, competências e habilidades, mas também, uma escala de valores éticos e morais na tentativa de suprimir e colmatar as possíveis falhas familiares.

Exposto isto, e retomando a fórmula de Suzanne Mollo (1970), achamos que a educação não conseguirá transformar a sociedade sozinha, e a sociedade, por sua vez, não conseguirá modificar-se sem a educação, dado que “a sociedade está dentro da escola tanto quanto o inverso”.

Mas, vamos por partes, começando pelo fim: como é que os alunos estão a chegar as universidades, nos diferentes cursos?

Apoiando-nos num discurso da Professora Isabel Gil (RTP, 2019), atual Reitora da Universidade Católica, dizer que os alunos são menos conhecedores do que há 20, 30, 40 anos é um discurso populista e nostálgico, gostando nós de pensar que, hoje, os alunos chegam à universidade sabendo coisas diferentes das gerações passadas, não só porque os modelos pedagógicos nas escolas se alteraram, mas também, porque a relação com o mundo e a forma como acedem à informação se transfigurou radicalmente, através do *click* de um rato ou de um *switch* no ecrã de telemóvel, tendo mais informação que porventura os seus avós poderiam ter ao longo de toda a sua vida.

Mas qual é a capacidade que os alunos têm de integrar e interpretar, a informação que lhes chega avulsa, a todo o momento, através dos estímulos repentinos e frequentes das tecnologias? A principal dificuldade dos alunos, está associada à grande revolução tecnológica: selecionar a informação.

Também não gostando nós de ter um discurso fatalista, e dizer que a cada revolução, seja ela a que dimensão for, conduz à degradação humana... Segundo o Professor Daniel Traça, Diretor da New School of Business & Economics (RTP, 2019), no caso da

revolução tecnológica, a realidade superou em muito a imaginação, e isso é bom, mas no fundo, a ansiedade relativamente à forma como a quantidade enorme de dados nos chega, “pode ter efeitos nocivos”.

Atenção que não o diz de modo meramente crítico e tem alguma prudência quando o faz, defendendo que devemos olhar para a escola e instituições de ensino, desde o ensino primário ao superior, como tendo um papel importantíssimo em incutir modelos de análise em profundidade, comunicação e compreensão, que permitam fazer uma seleção e escolha sólida da informação, que vai determinar a “proficiência profissional” dos alunos, como partilha o Crítico Literário António Carlos Cortez, em vários comentários sobre a educação portuguesa.

Mas, segundo o Professor Daniel Traça, Diretor da New School of Business & Economics (RTP, 2019), a seleção da informação não se esgota só nos alunos, é um problema de todos...É uma questão social! Mesmo no âmbito da sociedade, parece-me que delegamos essa tarefa. Será que nos demitimos de interpretar e ter uma compreensão mais alargada dos temas? A informação que nos chega é muito maior e muito mais complexa, do que a habilidade que o nosso cérebro tem para a processar. Atualmente, se a informação que recebermos confirmar aquilo em acreditamos, entramos em consenso.

A compreensão é ao mesmo tempo, meio e fim, da comunicação humana. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões múltiplas. Dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades; esta deve ser a tarefa da educação do futuro. (Morin, 2000).

O ensino português progrediu naquilo que são as competências académicas. Hoje, os alunos chegam as faculdades, extraordinariamente bem preparados para aquilo que são as aptidões académicas (capacidade de trabalho, cumprimento dos prazos, conhecimentos essenciais em várias disciplinas, currículos...), mas chegam menos bem preparados na sua individualidade, porque ninguém trabalha com eles as suas preferências, sonhos, propósitos, etc. Ou seja, os alunos cumprem bem aquilo que são os currículos, muitas vezes estanques entre si, mas carecem de ferramentas essenciais da sua identidade,

fundamentais para o mundo atual.

As crianças e jovens de hoje em dia, sabem tudo... Exceto, de como é bom ser criança, ter uma imaginação fértil e uma criatividade inexplicável!

Sendo assim, os presentes currículos impostos às escolas são imprescindíveis para os alunos? São currículos obviamente necessários (porque são base da fundação do propósito da escola), mas (já) não são suficientes!

Temos um ensino voltado para o acesso ao ensino superior, através dos exames, e estamos a colocar todos os alunos na mesma bitola, quando sabemos que o futuro, até mesmo a nível de empregabilidade, ao contrário de antigamente, os pode conduzir a múltiplas funções e condições de subemprego, as quais devem responder para além dos conhecimentos académicos.

1.2. Para que é que estamos a formar e a ser formados?

Esta questão era importante no passado e é fundamental para o futuro... Estamos a ser formados e a formar para a incerteza!

Nós vivemos numa sociedade que vai estar sempre em constante mudança, assim como, o próprio conhecimento. Não queremos enfatizar a situação, mas aquilo que hoje é primordial saber fazer, amanhã pode ser feito por uma máquina ou através dela...

Mas há coisas que as máquinas ainda não possuem: consciência, sentimentos e valores! É aí, que o trabalho dos professores ganhou uma nova dimensão, é nesta extensão que os currículos estão a ser mexidos, e que a escola está a ser posta à prova... É este o novo desafio do século XXI!

Todavia, como é que avaliamos os “valores” dos alunos e os transformamos em notas pautáveis que lhes deem acesso à faculdade? Como é que mudamos o sistema de ensino, de maneira a que a entrada na universidade não seja só, porque sabem regurgitar o que os professores lhes ensinaram para aqueles exames? Mas sim, porque têm a capacidade individual crítica e criativa, e um sentido de intuição, que os torna pessoas capazes de ser aquilo que o mercado de emprego deseja - empreendedores!? Como é que se contorna o défice do indivíduo no ensino? Como é que se resolve o divórcio dos

ministérios do ensino regular e superior, para que haja uma articulação e o modelo de acesso às faculdades, se torne o mais indicado, ou por outras palavras, o mais justo, e realmente meritocrático, defendendo o interesse dos alunos? E ainda, para que serve o que se ensina atualmente?

Segundo o Professor Filinto Lima (RTP, 2019) e a nossa observação, temos a ideia que atualmente o ensino público trabalha em “banda-larga” para definir todo o processo escolar dos alunos, e que, lamentavelmente, os problemas a montante e a jusante, são uma evidência. Destacam-se: o acesso competitivo ao ensino superior; o fetichismo das tecnologias; a trapalhada da tentativa da coexistência harmoniosa de métodos de ensino e materiais do passado e do presente; passando pela carga horária, pelo número de alunos por turma e os *Rankings*, acabando na burocracia, salários estagnados e desvalorização da profissão docente. Todos estes fatores, constituem uma série de vários outros condicionantes do ato educativo, que não permitem que haja espaço em sala de aula para fazer valer essas tais capacidades individuais dos alunos, e para que a aula vá mais além da densidade da matéria, que seja transdisciplinar e promova a formação holística dos docentes, criando assim, seres humanos excelentes a nível técnico, mas débeis a nível humanístico.

O que me leva a outra questão pertinente: será que o modelo de ensino que temos em Portugal serve o estado atual da nossa sociedade?

Objetivamente dizemos que não! No nosso entender, continuamos a ter uma escola baseada no ensino, pela transmissão de conhecimentos e conteúdos, típica do século XIX.

A escolaridade funciona baseada numa espécie de "divisão do trabalho": à escola cabe fornecer os recursos (saberes e habilidades básicas), à vida ou às habilitações profissionais cabe desenvolver competências. Essa divisão do trabalho repousa sobre uma ficção. A maioria dos conhecimentos acumulados na escola permanece inútil na vida quotidiana, não porque careça de pertinência, mas porque os alunos não treinaram para utilizá-los em situações concretas. A escola sempre almejou que seus ensinamentos fossem úteis, mas frequentemente acontece-lhe de perder de vista essa ambição global, de se deixar levar por uma lógica de adição de saberes, levantando a hipótese otimista de que elas acabarão por servir a alguma coisa (Perrenoud, 1999).

A escola do século XIX cumpriu a sua função, deu resultado, nomeadamente reduzindo substancialmente as altas taxas de analfabetização que existiam, mas já não funciona nesta sociedade. Assim como o Professor António Quaresma Coelho (RTP, 2019), achamos que deveríamos desmontar, recriar e reformular o sistema educativo, de modo a que escola que temos, passe a assentar na aprendizagem, comunicação, inter-relação e competências para a vida.

Não nos querendo colar à neurociência e à pedagogia, nós temos de nos descolar de um determinado tipo de pensamento, que coloca o professor no centro da ação educativa, e onde a aula parte exclusivamente dele, não tendo a mínima consideração pelos desejos e necessidades dos alunos, mas também, temos de nos desmarcar de outro entendimento que surgiu na antítese deste, que coloca o aluno no centro da ação pedagógica. Não é, nem o professor, nem o aluno! Segundo António Quaresma Coelho (RTP, 2019), é a relação empática que se estabelece entre os dois em torno da aprendizagem, que pode facilitar e promover uma ligação forte do aluno ao processo de ensino-aprendizagem. A dimensão afetiva passou a ocupar lugar de destaque para muitos docentes.

Mudar essa realidade é necessário para que uma nova relação entre professores e alunos comece a existir dentro das escolas. Para tanto, é preciso compreender que a tarefa docente tem um papel social e político insubstituível, e que no momento atual, embora muitos fatores não contribuam para essa compreensão, o professor necessita assumir uma postura crítica em relação a sua atuação recuperando a essência do ser “educador” (Lopes, 2017).

Para que se construa uma escola que eduque para a cidadania, também é necessário mudar as relações de poder na escola... Não se pode educar para a cidadania sem se educar na cidadania!

Canário e Cabrito (2005), afirmam a importância de se constituírem “territórios educativos” e não apenas “escolares”.

Mas isso não é o/um sonho? Mas então, nessa ideologia, qual é o papel do professor na relação pedagógica do aluno? “Se os professores não chegam a ser os intelectuais, no

sentido restrito do termo, são ao menos, os mediadores e intérpretes ativos das culturas, dos valores e do saber em transformação” (Perrenoud, 1999). De facto, o professor passa a ser um orientador, mediador e um provocador da aprendizagem, acompanhando todo o processo, atendendo que não se demite da sua função, mas não sujeita os seus alunos a determinado conteúdo, porque está no programa e nas metas curriculares. Torna-se o dito: “Professor Reflexivo”!

Segundo Pimenta (2002), é necessário compreender com maior profundidade o conceito de “Professor Reflexivo”, pois o que parece estar a ocorrer é que o termo se tornou mais uma expressão da moda, do que uma meta de transformação propriamente dita.

Então, ensina-se ou aprende-se? Entende-se ou repreende-se? Orienta-se ou ignora-se? Dá-se a matéria que os alunos quiserem? Claro que não, mas neste processo implicam-se os alunos na aprendizagem, partindo de uma estratégia de apropriação curricular, onde estes são confrontados com a sua realidade.

Mas não estaremos a desacreditar ainda mais o papel dos docentes face à sociedade? Segundo Cristina Lucena (2015), todos nós temos que concordar, que já há alguns anos que a dignificação da classe docente baixou substancialmente, porque assim como os membros da igreja, os professores, que em tempos, também foram vistos como detentores e transmissores de todo o conhecimento, sendo uma referência do ponto de vista social, foram “substituídos”, ou melhor dizendo, forçosamente demitidos da sua função, pelo informador “tio Google”.

Mas porque é que é tão importante por parte dos alunos adquirirem este tipo de competências? Segundo João Reis (2006), estas competências são importantes e vão-se tornar cruciais, porque estamos num mundo digital e automatizado, onde somos facilmente substituíveis, quer por outra pessoa, quer por uma máquina, e vão ser capacidades como a de liderança, espírito crítico, criatividade, capacidade de sair da “zona de conforto”, capacidade de gestão de sentimentos, rapidez de decisão, entre outras, que vão ditar a sua utilidade para a sociedade.

Mas isso não é o ideal grego da Paideia!? Um sistema de educação e formação ética, que objetiva a formação de um cidadão perfeito e completo? Segundo Plantão (643),

"toda a verdadeira educação (...) enche o homem do desejo e da ânsia de se tornar um cidadão perfeito, e o ensina a mandar e a obedecer, sobre o fundamento da justiça".

O termo grego Paideia evoca tanto o próprio conteúdo da cultura como o esforço para constituir, na criança um património de valores intelectuais e morais que a integram na comunidade humana. Finalmente, Paideia implica tudo o que distingue o grego, o homem civilizado, do bruto e do bárbaro ou ainda o que permite ao indígena aceder, pela educação, a um novo estatuto cultural, social, político. A educação impõe-se como uma obrigação da qual a cidade não pode fugir e à qual não pode escapar (Mialaret, 1981).

Basicamente, não queremos formar os melhores, nós queremos formar (o) melhor para sociedade!

Sendo assim, o que é esperado de um aluno à saída do ensino superior? Que tipo de trabalhador é que o mercado de emprego pretende? “O papel na escola é formar estudantes que vislumbrem um futuro profissional baseado nos preceitos aprendidos nas bancas escolares” (Batista, 2017). Espera-se que os estudantes deixem a escola conhecendo o universo do trabalho, de forma a estarem mais capacitados para mediar conflitos e propor soluções para as questões e para os problemas socioculturais e ambientais, na comunidade em que estão inseridos.

Mas qual é a organização do sistema educativo atual que promove esta aprendizagem? Quais são as diretrizes que segue? Quais os documentos de apoio existentes?

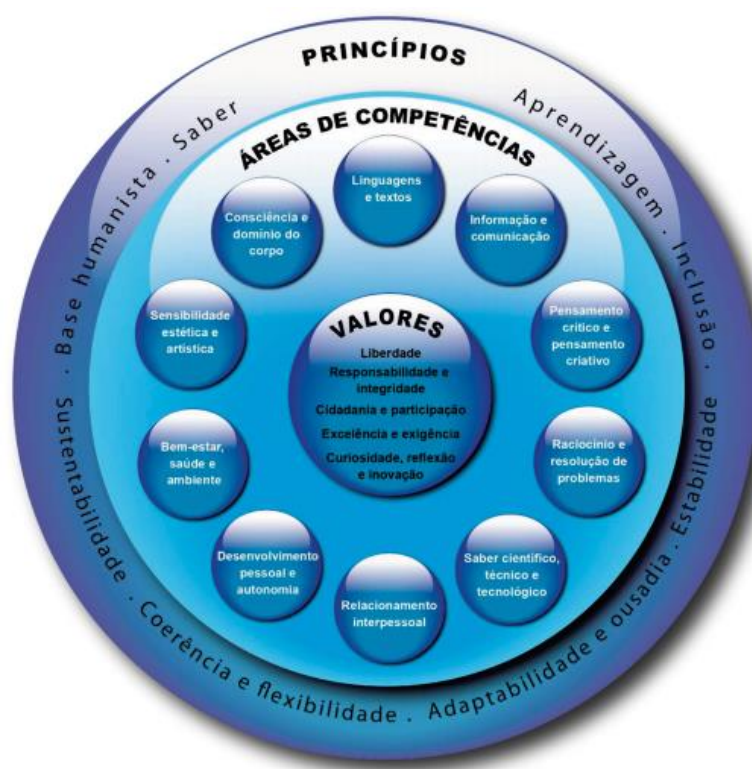
1.3. Recursos da Cidadania

A presença mais acentuada da cidadania na educação, tem uma intenção clara e de modo a assegurar a sua plena introdução na educação portuguesa, já foram apresentados vários instrumentos, programas e estratégias nacionais que confluem, de maneira a providenciar no ensino um conjunto de direitos e deveres, que devem ser veiculados na formação dos alunos para que no futuro, estes sejam adultos com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, na inclusão da diferença, no respeito

pelos Direitos Humanos e no enaltecimento dos valores de cidadania.

Entre os mais emblemáticos, salientam-se: a E.N.E.C. – Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (2017), que resultou num documento referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual; o P.A.F.C. – Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (2017), que em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017) (Figura 1), procuram a formação do indivíduo como cidadão participativo, iniciando o seu caminho no exercício da cidadania, e, por fim, as Aprendizagens Essenciais (2017), que elencam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes a desenvolver por todos os alunos.

Figura 1- Esquema concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória



Fonte: DGE – Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (p.8). Disponível em:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf, consultado a 26 de Setembro de 2019.

Mas então, o que se procura com uma educação voltada para a cidadania? Enquanto processo educativo, a Educação para a Cidadania visa contribuir para o quê? Segundo a Direção Geral da Educação (D.G.E., 2017), ao voltarmos a nossa Educação para a Cidadania, estaremos a corresponder às competências supracitadas, “visando contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas e solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os Direitos Humanos”, acabando por ter um desenvolvimento de aprendizagens tridimensionais: na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social ou intercultural.

A escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania, tais como: educação para os Direitos Humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os *media*; dimensão europeia da educação; educação para a saúde e a sexualidade (D.G.E., 2017).

Mas o que é isso de educar para a cidadania? Ou o que é ser-se cidadão e exercer a cidadania? Segundo Sandra Tereso (2015), falar de Educação para a Cidadania implica, antes de mais, “ter em conta o contexto espaço-temporal” a que nos estamos a referir, pois o próprio conceito de cidadania evoluiu e teve diversos significados ao longo dos tempos.

De um modo simples e generalizado das palavras, ser-se cidadão é ter um vínculo jurídico com um Estado, sendo-se membro de uma sociedade, e a cidadania é o exercício pleno de gozar dos direitos civis dessa mesma entidade, mas também, cumprir com a

obrigação de desempenhar os seus deveres, enquanto integrante de uma comunidade.

Segundo as enciclopédias Larrousse e Britânica, revendo os artigos informativos da Infopédia (2003), o conceito de cidadania remonta à Grécia Antiga, no século V a.C.. Na sua conceção o termo cidadania, era reservado a uma pequena minoria da população, como meio de distinção entre a população da cidade berço, propriamente dita, e os habitantes dos territórios incorporados no Império, mudando o seu significado ao longo de vários anos, até assumir o sentido moderno, por volta do século XVIII, após a Revolução Francesa, com a influência dos ideais iluministas e do liberalismo económico, onde esta, manifesta até hoje, a igualdade de estatuto social.

No século XX, como resposta aos regimes totalitários, a noção de cidadania apareceu em diversos documentos, dos quais se salienta a Declaração Universal dos Direitos do Homem (D.U.D.H., 1948) e a Declaração Universal dos Direitos da Criança (D.U.D.C., 1959), surgindo assim associado ao conceito de democracia.

Efetivamente, o conceito de cidadania tem-se tornado muito mais amplo com o passar do tempo, já que cada vez mais, a cidadania diz respeito, (daí a sua introdução na educação) a um conjunto de parâmetros sociais e culturais. Procura-se, deste modo, uma sociedade mais democrática, onde cada cidadão participe de forma crítica e ativa a nível local, nacional e global. Assim, como João Reis (2000), pensamos que a cidadania pode estar dividida em duas categorias: a formal, que referente à nacionalidade de um indivíduo e ao facto de pertencer a determinada nação, e a substantiva, de um carácter mais amplo, estando relacionada com os direitos sociais, políticos e civis.

Portugal, percorreu um longo e sinuoso percurso até ver estes valores implementados e respeitados por todos os cidadãos. São estes valores que suportam as democracias ocidentais, e que no nosso país estão assegurados pela Constituição da República Portuguesa (com a 1ª versão aprovada em 1976 e com a última a 2005), que faz referência à cidadania apontando explicitamente para os direitos e deveres do cidadão, mas também reclamando a participação direta e ativa do cidadão na vida política e na direção dos assuntos públicos do país.

Mas qual é a importância da cidadania? E porque é que é um assunto a abordar em contexto escolar? Teoricamente, a aplicação do conceito de cidadania é imprescindível

para que haja uma melhor organização social, e a escola é um ótimo meio de transmissão de conhecimento e de transformação da sociedade, porque abrange quatro pilares cognitivos - aprender, fazer, ser e estar -, que podem ajudar as populações a exercer a cidadania de forma consciente, usufruindo das disposições constitucionais.

Exercer a cidadania é ter consciência dos direitos e deveres, que embora variem de nação para nação, partem da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e incluem: a própria educação; a saúde; a gestão financeira e consumo; o patrimônio; a segurança; o ambiente e a natureza; o respeito pelo outro, pelos outros e pela individualidade; a sexualidade; a igualdade de gênero; o mundo do trabalho; o lazer; a liberdade de expressão e pensamento, entre vários.

A Educação para a Cidadania é a adesão de valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas em vida pública.

Assim sendo, a cidadania nas escolas é crucial, porque se trata de um valor ético? Valor esse, que é substancial ganhar para utilizar como competência para “sobreviver” no mundo contemporâneo. Na prática, a ética e a cidadania, mesmo dissociadas, são dois termos fulcrais na sociedade. A ética e a cidadania estão relacionadas com as atitudes dos indivíduos e a forma como estes interagem com eles próprios e com os outros em sociedade, dizendo respeito à conduta do ser humano, porém, a Educação para a Cidadania, não tem como objetivo apelar aos “bons sentimentos” das pessoas.

O termo grego que dá origem à palavra ética é *ethos*, que apresenta dois sentidos fundamentais: (...) Porém, o sentido dominante do termo *ethos* na tradição filosófica, desde Aristóteles, é o de "modo de ser" ou "caráter". Na verdade, poderíamos traduzi-lo, como "modo ou forma de vida", no sentido profundo da expressão, muito mais do que uma simples "maneira", "Caráter" não tem o sentido psico-biológico de "temperamento". Significa modo de ser ou forma de vida, que vai sendo apropriada e incorporada ao longo da existência. Portanto, alcança-se através do hábito (Torres, 2015).

Resumidamente, parece poder-se concluir, sintetizando a da investigadora Sandra Tereso (2015), que no presente, mais do que acumular conhecimentos, desenvolver competências, aptidões físicas e cognitivas e estimular habilidades, “educar para a

cidadania é contribuir para emancipação dos alunos”, capacitando-os para selecionar, analisar e criticar a informação; criar competências e hábitos de convivência na pluralidade de culturas e torná-los conhecedores dos seus direitos e deveres, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Ter uma educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro, já o dever de aprender, pode guiar os alunos a tomar decisões informadas e aprender a exercer uma cidadania democrática.

Mas o que diz e faz o resto do mundo sobre esta questão? E o sistema de ensino em Portugal?

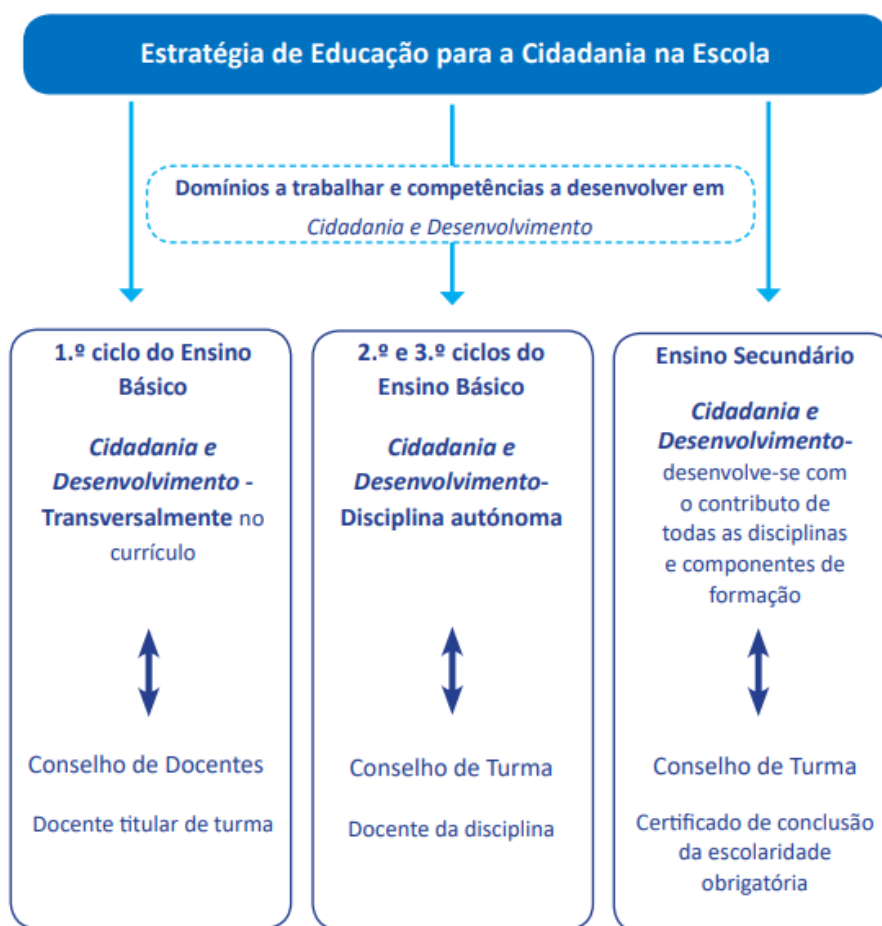
1.4. Estado da Arte

Os sistemas de ensino, nomeadamente a nível europeu, como é caso a Dinamarca, a Finlândia, a Hungria, a Holanda, a Letónia e a Malta, sabem a importância que a cidadania tem num mundo mais justo e democrático, por isso, as suas escolas dedicam tempo a esta tarefa, considerando-a uma prioridade, mesmo que ainda faltem orientações na formação inicial de professores e uma margem de manobra maior por parte das direções escolares. Estes, sabem o quão importante é ensinar as nossas crianças e jovens a comportarem-se de forma responsável, a compreenderem o papel das instituições, a adquirirem competências para desempenharem os deveres sociais e políticos no futuro. No entanto, apesar dos progressos dos últimos anos, uma grande parte dos países europeus, nomeadamente a Polónia, a Roménia, a República Checa e a Lituânia, ainda não introduziu os regulamentos e recomendações para a inclusão da Educação para a Cidadania na formação inicial de professores, principalmente porque, não têm havido orientações para como avaliar os discentes nesta “área disciplinar”, ou têm outros entraves intrínsecos ao próprio país.

Nos primeiros anos de escolaridade, dá-se atenção às regras e à forma de interagir com os outros de maneira a que haja um crescimento construtivo, no secundário, investe-se nos comportamentos democráticos, devido à capacidade de abstração e pensamento analítico dos alunos, e no ensino superior? A educação para a cidadania nas universidades

não existe? A Educação para a Cidadania em contexto universitário é muito residual, dado que a Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania não contempla o Ensino Superior (Figura 2), mas esta, é desenvolvida através de iniciativas que partem de cursos ou unidades curriculares, ações de formação, e essencialmente, através de programas e grupos de voluntariado presentes nas faculdades.

Figura 2 - Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola



Fonte: DGE – *Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania* (p.10). Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_organal.pdf, consultado a 26 de Setembro de 2019.

Tomámos como certo, que na entrada para a faculdade e com o atingir da maioridade, os alunos são hábeis de exercer a cidadania. Mas será isto uma realidade? E se lhes perguntássemos o que representa para eles a cidadania? Será que eles saberiam o que é, o que representa e todos os seus contornos? Basta, perguntarmo-nos a nós próprios... Não sabemos! Talvez ninguém saiba!

Mas quais são os instrumentos ou mecanismos atuais utilizados na procura pela cidadania em sala de aula?

Há vários anos que no sistema educativo português tem existido uma preocupação com a temática da Educação para a Cidadania, senão vejamos... Na época do Estado Novo, defendiam-se os valores como a obediência, resignação, conformismo, disciplina e respeito pela hierarquia, mas a partir de então, observaram-se mudanças muito significativas.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE,1986), entre outros documentos oficiais, onde se inclui a própria revisão da Constituição da República Portuguesa (CRP, 2005), espelham uma sucessão de declarações, ou pelo menos de intenções, da parte dos responsáveis da educação, na formação moral e cívica nas escolas. Nos mencionados documentos, os princípios gerais da Educação, garantem o direito à cidadania, referindo-se ao sistema educativo português como resposta às necessidades resultantes da realidade social, estando publicados vários decretos-lei, tais como o Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de Julho e o Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de Julho, que reafirmam a importância e a transversalidade da Educação para a Cidadania no campo escolar, e a quando das várias reestruturações e organizações curriculares, as propostas iam (e vão) no sentido de criar a integração com carácter transversal, da Educação para a Cidadania em todas as áreas curriculares, concretizando os saberes através de atividades e projetos multidisciplinares, em articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social dos alunos.

Recordamos também, que foram criadas três novas áreas curriculares não disciplinares (Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de janeiro, art. 3.º, alínea d): a Área de Projeto, o Estudo Acompanhado e a Formação Cívica. Esta última, considerada como um espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, podendo constituir

um lugar de reflexão, diálogo e debate sobre diferentes questões, nomeadamente, sobre as “preocupações sentidas e as experiências vividas pelos alunos, no que diz respeito à sua participação individual e coletiva na vida da turma, da escola e da comunidade” (Tereso, 2015, p.14).

Atualmente, e conforme definido no Decreto-Lei n.º 55/2018, a Educação para a Cidadania é tida como tema a abordar transversalmente em todas as áreas disciplinares e disciplinas, assim como, em projetos e atividades que se desenvolvam.

Mas a ênfase tem estado sempre voltada para os alunos e no que acontece no contexto escolar, mas temos de reconhecer que os professores desempenham um papel vital no processo da aprendizagem, certo? Por isso, o que é feito em relação a eles? E será mesmo preciso fazer algo em relação à formação de professores, dado que o seu trabalho à luz do cumprimento dos currículos, é imutável ou quase? Muda-se o ofício ao ritmo que muda a sociedade?

Como partilha Sara Oliveira (2018), no Portal da Educação - Educare, em Portugal, na Polónia, na Suíça e no Montenegro têm os parlamentos de jovens. Na Irlanda, os alunos planeiam e executam os seus próprios projetos de ação para cidadania. O Chipre, investiu em aprendizagens interativas apoiadas em debates de temas mais sensíveis. Na Letónia, selecionam-se filmes sobre casos reais para promover o debate, o pensamento crítico e a autorreflexão. Na Holanda, o voluntariado pode ser considerado parte do currículo escolar. Na França para que os professores tenham competências na Educação para a Cidadania de forma a transmitirem assuntos importantes aos alunos, criou-se um plano de ação onde os alunos podem acompanhar o processo de aprendizagem, e onde o professor atua como educador responsável e ético, e coopera em equipa com os pais e parceiros escolares, para poder levar o aluno a contribuir nas ações da comunidade escolar. Em Espanha, nas cidades autónomas de Ceuta e Melilla avançaram com cursos de formação para os diretores das escolas melhorarem a coexistência nas escolas, e implicarem os alunos neste processo.

Mas estes mecanismos não acabam por ser uma redundância e novamente voltados para os alunos? Como Bourdieu (1993) profere a “miséria do mundo, não impede a Terra de girar, só faz sofrer verdadeiramente aqueles que são as suas vítimas diretas”.

Estas ideias já não estavam impressas no ensino? Segundo Philippe Perrenoud (1999), desenvolver competências desde a escola não é uma moda nova, mas um retorno às origens, às razões de ser da instituição escolar.

Porque é que a sua real implementação está a ser tão fragmentada e morosa? A nossa argumentação passa somente por demonstrar que a vontade de mudar a escola para a adaptar aos contextos sociais em transformação e democratizar o acesso ao saber, não é partilhado, e que talvez essa vontade seja frágil e se limite a discursos que não passam à ação.

Focando-nos na sala de aula, qual é o contributo das várias áreas disciplinares para a formação de indivíduos cientes dos seus direitos e deveres?

1.5. Percursos da Cidadania na Geografia

Pensar numa educação para a cidadania implica pensar em conteúdos e metodologias, onde os professores podem “produzir” alunos-cidadãos, a partir daquilo que ensinam no dia a dia, seja particularmente para nós na Geografia, ou em qualquer outra disciplina, mas para que isso aconteça, defendemos que se torna indispensável incrementar conteúdos específicos de cidadania no currículo regular, responsabilizando cada docente pela respetiva gestão do currículo e tradução em termos de práticas pedagógicas da sua área curricular.

Falando mais concretamente da área disciplinar que lecionamos, a Geografia, esta, abraçou o desafio de se adaptar a um mundo em mudança, evidenciado não só pela Reforma do Sistema Educacional (1997) e pela Reorganização Curricular Básica (2012), mas também, quando nos anos 90, na procura por uma educação capaz de contribuir para a formação de cidadãos ativos numa sociedade democrática, esta aprofundou o estudo da Europa, bem como a problemática do Desenvolvimento Sustentável.

Mais recentemente, a Geografia, apresenta-se como uma disciplina dedicada ao desenvolvimento de uma melhor compreensão do mundo nas suas dimensões culturais, sociais, políticas e ambientais, além de ter um papel fundamental na formação de futuros cidadãos.

A Educação para a Cidadania Global (E.C.G.) (UNESCO, 2015), não trouxe novos conteúdos aos programas e currículos de Geografia, simplesmente veio reforçar os que já estavam enunciados, desafiando alunos e professores, a olharem mais criticamente para o mundo onde vivem, a fazerem perguntas sobre a forma como funciona, a atuarem sobre as problemáticas globais, fortalecendo as ideias de solidariedade e de respeito mútuo necessários à construção de um mundo mais justo e equitativo.

Cada sala de aula, na sua diversidade, deve ser, no dizer de uma educadora, “não só uma lição de geografia, mas também uma lição de humanidade”.

A proposta que elaboramos neste trabalho segue esse caminho... A Educação Geográfica para a Cidadania é o tema base do nosso trabalho. Se a Geografia tem uma importância fundamental na escola e na sociedade, e se a escola tem como missão principal formar cidadãos capazes de pensar e de agir criticamente na sociedade, como se pode, então, pensar a aula de Geografia nesta perspetiva? Qual o papel do aluno e do professor na aula de Geografia? Que tipo de atividades há a desenvolver e como as abordar?

A nossa proposta, agora apresentada, não tem intenção de identificar todas as possíveis articulações, mas sim, de partilhar algumas atividades, ideias e conteúdos do currículo, que um docente de Geografia pode usar e aplicar tal como estão, adaptar ou ainda transformar.

Neste sentido foram desenvolvidas diversas metodologias de trabalho em sala de aula ao longo da Iniciação à Prática Profissional, que privilegiaram os alunos como elementos ativos na construção do conhecimento e da sua educação enquanto cidadão, desde o diálogo em sala de aula, o trabalho individual e em grupo, a realização de jogos e debates, a elaboração de questões-aula, o trabalho de pesquisa e a reflexão crítica.

2. Abordagem e Perspetiva Pedagógica

É importante esclarecer que no âmbito da Iniciação à Prática Profissional, pretendeu-se que os alunos, nas aulas de Geografia, adquirissem não só conhecimentos científicos, mas também capacidades e atitudes que lhes permitissem assumir um papel crítico e interveniente na sociedade, enquanto cidadãos.

Neste capítulo, faz-se uma breve contextualização do tema central desta prática – a cidadania - considerando a realidade da escola e das turmas, apresentando algumas das experiências de ensino-aprendizagem desenvolvidas com os alunos no âmbito da prática de ensino supervisionada, e por último, são enunciados os resultados do ensaio, a avaliação da transposição dos saberes geográficos para a cidadania e é ilustrado aquilo que os docentes e discentes pensam que engloba o termo Cidadania.

Realçamos que ao longo da Iniciação à Prática Profissional, foi salvaguardado que todos os alunos, inclusive os alunos com problemas cognitivos e motores (5 alunos na amostra), tivessem as condições necessárias à sua aprendizagem, por isso, elaborei materiais adequados às características de todos os elementos da turma.

2.1. Geografia e Cidadania

O valor instrutivo de uma disciplina, qualquer que esta seja, traduz-se na contribuição para a formação pessoal, social, técnica e científica dos alunos.

A Geografia, por sua vez, tal como as outras ciências sociais, tem como objeto de estudo a realidade, ou seja, a sua origem advém do estudo que inter-relaciona os fenómenos físicos e humanos com o espaço onde estes ocorrem. Segundo Doreen Barbara Massey e Allen Joseph Bard (1984) a Geografia, é por excelência, a ciência do espaço e do lugar! O estudo dos fenómenos naturais e humanos que dão forma à diversidade das paisagens do planeta, constitui o seu objeto de estudo enquanto disciplina escolar.

Se é verdade que a Geografia, enquanto área de estudo, desempenha um papel importante na preparação dos alunos para o quotidiano e lhes fornece informação sobre o mundo atual, também é facto que os prepara para tomarem decisões e agirem socialmente.

Assim como Benejam (1992), concordamos que o conhecimento geográfico inclui componentes muito diversificadas, desde a ambiental, social, económica, até à cultural, sobre cada território, o que torna a Geografia enquanto disciplina, “menos descritiva e enciclopédica, sendo uma pedagogia ativa”, onde educar, significa que os alunos devem ser capazes de mobilizar os seus conhecimentos geográficos, articulando diferentes saberes, concorrendo para um saber integrado e coerente, que os estimule a ter uma atitude crítica, a debater ideias e a tomar decisões.

A Geografia proporciona um contexto favorável ao desenvolvimento das competências de cidadania, prova disso, são os programas escolares de Geografia que abordam temas importantes para o exercício da cidadania local, nacional e internacional como, por exemplo, a União Europeia (E.U.), a sustentabilidade, o ambiente ou a interdependência económica e política.

Nesta perspetiva, a disciplina de Geografia oferece um vasto campo de potencialidades na formação pessoal e social e, por conseguinte, na formação para a cidadania, o que se procurou desenvolver ao longo deste estudo, exigindo de nós e dos meus colegas de estágio, saber operar simultaneamente na educação geográfica e na Educação para a Cidadania.

2.2. Enquadramento do Estudo de Caso: Cenário e Realidade

2.2.1. Caracterização da Escola e das Turmas

O Agrupamento de Escolas de António Nobre (A.E.A.N.) na cidade do Porto, é constituído por sete escolas que se distribuem geograficamente pelas freguesias de Paranhos e Campanhã, tendo sido na sua sede, a Escola Secundária António Nobre (E.S.A.N.), onde realizamos a prática de ensino supervisionada (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização da ESAN



Fonte: Oliveira, Sílvia (2019). *Perspetivas sobre os caminhos do (In)sucesso Escolar. Relatório de Estágio Mestrado em Ensino da Geografia no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário*. Porto: FLUP, p. 86.

Figura 3 - Imagens da ESAN



Fonte: Montagem de fotografias retiradas aquando da prática profissional supervisionada, do núcleo de estágio do ano letivo 2018-2019, na Escola Secundária António Nobre.

Atualmente, este agrupamento acolhe alunos bastante heterogéneos, provindos não só destas freguesias, mas também de outros lugares do distrito, do país e até do mundo, facto que lhe garante um enorme “mosaico cultural”, mas conduz a alguns problemas.

Entre setembro de 2018 e julho de 2019, prestámos o nosso Estágio Pedagógico na Escola Secundária António Nobre, onde estivemos responsáveis por 59 alunos, distribuídos por 4 turmas de 2 anos de escolaridade (Quadro 2): duas turmas do décimo primeiro ano, o 11ºLH₁ e o 11ºLH₂, e duas turmas do décimo segundo ano, o 12ºLH₁ e 12ºLH₂, fundidos na mesma, do 3º Ciclo do Ensino Secundário.

Quadro 2 - Caracterização das 3 turmas ministradas pelo núcleo de estágio (2018/2019)

ANO	TURMA	SÍNTESE DESCRITIVA DA TURMA
11º	LH ₁	Constituída por 19 alunos (7 do género masculino e 12 do género feminino), a sua conduta comportamental, bem como o seu aproveitamento foram apreciados como razoáveis, dado que todos os problemas existentes em contexto de sala de aula foram contornados de forma subtil e agradável para ambas as partes.
11º	LH ₂	Constituída por 22 alunos (12 do género masculino e 10 do género feminino), teve um aproveitamento escolar razoável. Contudo, ao nível da sua conduta altitudinal foi necessário intervir bastantes vezes, tendo até mesmo de excluir 5 alunos da amostra por desvalorização das atividades.
12º	LH ₁ e LH ₂	Constituída por 18 alunos (9 do género masculino e 9 do género feminino), caracterizou-se por uma conduta comportamental, bem como um aproveitamento apreciado como bons, principalmente devido ao facto, de na sua maioria, os alunos querem prosseguir estudos, tendo como objetivo ter uma boa média de ingresso no Ensino Superior.

2.2.2. Abordagens Transversais e Percursos Metodológicos: Considerações Gerais sobre a Prática de Ensino

Tendo presente as características das turmas e com o objetivo de alcançar o sucesso na disciplina e na promoção de cidadania, procurou-se ao longo das aulas lecionadas aplicar várias estratégias e metodologias pedagógicas ou didáticas, recorrendo-se a vários recursos e estratégias de ensino-aprendizagem, tais como *powerpoints*, imagens, vídeos, documentários, artigos dos meios de comunicação social, músicas, manuais, questões-aula, diversas tipologias de jogos didáticos, *roll plays*, trabalhos individuais e em grupo, questionários, inquéritos, e ainda, debates.

Entre as estratégias utilizadas, destacam-se o trabalho de grupo, o debate, os inquéritos e os jogos em contexto de sala de aula.

Ao longo deste capítulo, teremos oportunidade de apresentar algumas das questões realizadas aquando do inquérito desenvolvido na Iniciação à Prática Profissional, que teve como principal objetivo o aferir do desenvolvimento de competências geográficas, expressas nos documentos de orientação curricular, e visto tratar-se de uma área transversal ao currículo, a promoção da Educação para a Cidadania.

No início de cada atividade, era feita uma breve apresentação da mesma aos alunos, na qual se indicava o que era necessário à sua realização e se prestava eventuais esclarecimentos sobre como os alunos a deveriam executar.

Durante todas as atividades realizadas em sala de aula, permitimo-nos circular em toda a sala de aula e dialogar com os alunos, no compromisso que quando estes solicitassem algum esclarecimento, os desafiássemos com novas perguntas.

Todas as atividades realizadas foram avaliadas e classificadas, de forma quantitativa ou qualitativa.

As atividades foram desenvolvidas de acordo com as características dos alunos, sendo a formação de grupos, nomeadamente, o número de elementos e a sua composição, decidida em conjunto com os colegas e a professora orientadora. Procurou-se sempre que possível, atender à heterogeneidade no que se refere ao género, raça, capacidade e desempenho escolar, para que todos os alunos fossem confrontados com diferentes

opiniões, perspetivas e propostas de resolução das tarefas, enriquecendo o conhecimento de cada um e apreendessem estratégias de trabalho coletivo e cooperativo.

A verdade seja dita, a aplicação de tantas estratégias e metodologias pedagógicas ou didáticas, deveu-se ao facto de, apesar dos alunos gostarem da introdução de formas de lecionar distintas da vulgarmente apelidada, “aula expositiva”, mostravam-se muito resistentes, descomprometidos e desinteressados por qualquer método introduzido, não colaborando de forma séria. Devido a estes factos o trabalho que pretendemos aqui apresentar como conclusivo deve-se, essencialmente, ao inquérito realizado, no fim do ano letivo, no qual se procurou inferir a progressão dos alunos na aquisição de competências de cidadania em Geografia e conhecer a sua opinião sobre esta nas aulas de Geografia.

É preciso ter em conta que, logo, desde cedo, uma realidade para a qual fomos alertados foi a indisciplina e a (des)motivação dos alunos, já que a escola onde concretizámos o nosso Estágio Pedagógico se insere numa “área geograficamente desfavorecida, com inúmeros problemas de ordem social, familiar e económica, que são como que, importados para dentro do recinto escolar” (Formosinho, 1992), e que logo nos fizeram repensar muitas outras hipóteses e formas de trabalhar, uma vez que, independentemente da nossa capacidade a nível de saberes geográficos, era evidente que não estávamos preparados para o nível de comportamentos atípicos, insubordinação e rebeldia como os que nos confrontamos.

Hoje, mais distanciados emocionalmente, podemos dizer que foi difícil encontramos o equilíbrio das relações entre professores e alunos, mas foi um gosto trabalhar com todas as turmas, contudo tivemos de tomar medidas e compreendemos que trabalhar apenas com as turmas que nos delegaram na Escola Secundária de António Nobre era, na verdade, incipiente do ponto de vista da representatividade do nosso universo, por isso, após um primeiro exercício de análise, concluímos que seria prazeroso ter oportunidade de inquiri as turmas do 10º ano de escolaridade da escola, invalidando as tarefas antecessoras.

Agora, a nossa amostra estava já completa e circunscrita a 81 alunos e 5 professores, distribuídos por 4 turmas do 3º Ciclo do Ensino Secundário, alojados na Escola

Secundária António Nobre (Quadro 3).

Quadro 3 - Amostra Representativa

	Anos de Escolaridade		
	10º	11º	12º
Nº de Turmas	1	2	2
Nº de Alunos	27	35	19
Nº de Professores	1	4	
TOTAL:	81 alunos e 5 professores		

2.2.3. Atividades de Cidadania desenvolvidas na Prática de Ensino

Com o incluir dos décimos anos da escola no projeto, sabendo que a Geografia é uma disciplina de continuidade, consideramos que para desenvolver as atividades ou o programa do Ensino Secundário, tínhamos de (re)construir conceitos e desenvolver competências já adquiridas no Ensino Básico.

De maneira a orientar e facilitar a análise de todo o trabalho realizado, este capítulo é encabeçado pela organização e descrição dos passos que realizamos para a elaboração da parte prática deste trabalho:

1º PASSO – Elaboração e organização de um quadro com as temáticas identificadas para lecionar nas aulas de ensino supervisionado, e respetivas, indicações das Aprendizagens Essenciais e objetivos da Educação para a Cidadania (Quadro 4).

Quadro 4 - Conteúdos geográficos e Indicações das Aprendizagens Essenciais e Objetivos de Educação para a Cidadania nas atividades desenvolvidas com as turmas

UNIDADE DIDÁTICA: Os espaços organizados pela população. SUBUNIDADE: Áreas rurais e urbanas. TEMA ESCOLHIDO PARA O ESTUDO: • Problemas estruturais da agricultura portuguesa; • Novas oportunidades para as áreas rurais.		OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E APRENDIZAGENS ESSÊNCIAIS
ATIVIDADES	OBJETIVOS DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE GEOGRAFIA	• Formular hipóteses face a um fenómeno ou evento; • Conceber situações onde determinado conhecimento possa ser aplicado, nomeadamente através da exploração do conhecimento do território local; • Propor abordagens diferentes, se possível inovadoras para situações concretas; • Criar um objeto, mapa, esquema conceptual, texto ou solução, face a um desafio, desenvolvendo um estudo de caso, à escala local/regional; • Analisar textos, suportes gráficos e cartográficos (analógicos e/ou digitais) com diferentes perspetivas de um mesmo problema, concebendo e sustentando um ponto de vista próprio; • Fazer projeções, nomeadamente face aos desafios demográficos e de sustentabilidade do território português e tendo como horizonte os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (O.D.S.);
➤ Abordagem da matéria partindo de um problema; ➤ Debate sobre os problemas que a turma identifica nas áreas rurais; ➤ Debate sobre as possíveis medidas de implementação para a valorização das áreas rurais; ➤ Realização de questões-aula; ➤ Realização de esquema síntese com o contributo da turma.	• Reconhecer as debilidades com que se debatem as áreas rurais; • Debater medidas que possibilitem o desenvolvimento plurisectorial e integrado das áreas rurais; • Equacionar a valorização das áreas rurais com vista ao desenvolvimento sustentado; • Reconhecer o papel dinamizador dos serviços nas áreas rurais; • Refletir sobre as estratégias comunitárias de desenvolvimento rural e sobre a sua aplicação em Portugal; • Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos;	

	• Elaborar e utilizar representações gráficas e cartográficas; • Rigor, articulação e uso consistente de conhecimentos e do vocabulário geográfico; • Selecionar informação geográfica pertinente; • Analisar factos, teorias e/ou situações, identificando os seus elementos ou dados, nomeadamente a localização e as características geográficas; • Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados; • Organizar informação, resultante da leitura e do estudo autónomo, de forma sistematizada; • Estabelecer relações intra e interdisciplinares.	• Usar modalidades diversas para expressar as aprendizagens (por exemplo, imagens, mapas, infografias); • Criar soluções estéticas, criativas e pessoais, que englobem a manipulação de diversos tipos de suporte gráfico e cartográfico; • Identificar-se com o seu espaço de pertença, valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas; • Mobilizar o discurso (oral e escrito) argumentativo (expressar uma tomada de posição, pensar e apresentar argumentos a favor e contra-argumentos, e rebater os contra-argumentos) sobre diferentes aspetos da realidade socioeconómica e de sustentabilidade do país; • Participar em debates/simulações que requeiram sustentação de afirmações, elaboração de opiniões ou análises de factos ou dados geograficamente cartografáveis; • Analisar textos com diferentes pontos de vista; • Confrontar argumentos para encontrar semelhanças, diferenças e consistência interna; • Analisar factos, teorias e/ou situações, identificando os seus elementos ou dados, em particular numa perspetiva disciplinar e interdisciplinar; • Problematizar Portugal na sua multidimensionalidade e multiterritorialidade, na construção da identidade do eu e
UNIDADE DIDÁTICA: As áreas urbanas - dinâmicas internas. SUBUNIDADES: ○ Problemas Urbanos e Condições de vida urbana; ○ Organização das áreas urbanas. TEMA ESCOLHIDO PARA O ESTUDO: • As áreas residenciais e industriais; • Habitação e habitabilidade;		

• Envelhecimento e solidão; • Desemprego e Pobreza; • Pressão ambiental; • Recuperação da Qualidade de vida urbana; • Recuperar e Revitalizar as cidades; • Humanizar os espaços de vivências.		dos outros, utilizando exemplos concretos, resultantes da interação com o meio e a sociedade, na atualidade e a diferentes escalas; • Investigar problemas ambientais e sociais, utilizando guiões de trabalho e questões geograficamente relevantes (“o quê?”, “onde?”, “como?”, “porquê?” e “para quê?”); • Incentivar a procura e aprofundamento de informação; • Recolher dados e opiniões para análise de temáticas em estudo; • Aceitar ou argumentar pontos de vista diferentes. • Saber confrontar ideias e perspetivas distintas sobre abordagem de um dado problema e/ou maneira de o resolver, tendo em conta, por exemplo, diferentes perspetivas culturais, sejam de incidência local, nacional ou global; • Pesquisar exemplos concretos de solidariedade territorial e sentido de pertença face ao ordenamento do território; • Participar em trabalhos de campo, para recolha e sistematização da observação direta dos territórios e fenómenos geográficos; • Saber questionar uma situação; • Interrogar-se sobre a relação entre territórios e fenómenos geográficos por comparação de mapas a diferentes escalas; • Comunicar os resultados da investigação, usando a linguagem verbal, icónica, estatística e cartográfica,
ATIVIDADES	OBJETIVOS DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE GEOGRAFIA	
• Realização de uma ficha de atividade, onde os alunos partindo de imagens deveriam identificar a habitação, as condições de habitabilidade e a população residente; • Debate sobre as medidas possíveis de recuperação da qualidade de vida urbana; • Diálogo informal sobre as opiniões dos alunos acerca do envelhecimento, solidão, desemprego e pobreza nacional; • Pesquisa individual dos diferentes instrumentos de planeamento urbano;	• Caracterizar as áreas funcionais do espaço urbano; • Equacionar a localização das diferentes funções, de acordo com os fatores que a condicionam; • Refletir sobre os principais problemas que afetam o espaço urbano; • Debater medidas de recuperação da qualidade urbana; • Equacionar o papel dos instrumentos de planeamento na prevenção e resolução dos problemas urbanos; • Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos; • Elaborar e utilizar representações gráficas e cartográficas; • Elaborar e interpretar plantas funcionais;	

• Realização de questões-aula; • Realização de esquema síntese com o contributo da turma.	• Utilizar a internet como meio de pesquisa e recolha de dados estatísticos; • Rigor, articulação e uso consistente de conhecimentos e do vocabulário geográfico; • Selecionar informação geográfica pertinente; • Analisar factos, teorias e/ou situações, identificando os seus elementos ou dados, nomeadamente a localização e as características geográficas; • Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados; • Organizar informação, resultante da leitura e do estudo autónomo, de forma sistematizada; • Estabelecer relações intra e interdisciplinares.	usando diferentes suportes técnicos, incluindo as T.I.C. e as T.I.G.; • Aplicar o trabalho de campo e outras metodologias geográficas (como o estudo de caso), em trabalho de equipa; • Participar em campanhas de sensibilização para um ambiente e ordenamento do território sustentáveis; • Reconhecer e valorizar a diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem; • Desenvolver a capacidade de comunicar e incentivar a interação social; • Adquirir conhecimentos, capacidades e atitudes que proporcionem o desenvolvimento de ideias, de iniciativas e de projetos, para a sociedade; • Utilizar e decifrar os meios de comunicação, para a utilização crítica e segura da Internet e das redes sociais. • Conhecer a Europa e as suas instituições, nomeadamente a União Europeia e o Conselho da Europa, o património cultural e natural da Europa e os problemas com que se defronta a Europa contemporânea; • Consciencializar para o ambiente, valores de mudança, atitudes e comportamentos face ao ambiente; • Exercer uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais; • Aprender a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções;
UNIDADE DIDÁTICA: A Rede Urbana e as novas Relações Cidade/Campo. SUBUNIDADE: A Reorganização da Rede Urbana. TEMA ESCOLHIDO PARA O ESTUDO: A inserção na rede urbana europeia.		
ATIVIDADES	OBJETIVOS DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE GEOGRAFIA	

• Debate sobre as medidas possíveis de atuação face aos desequilíbrios na rede urbana; • Pesquisa em trabalho de grupo sobre o que é e qual o papel das cidades médias; • Debater a importância sobre a inserção da rede urbana nacional nas redes ibéricas e europeias; • Realização de um trabalho de grupo para apresentação oral sobre as cidades médias; • Visualização de documentários e entrevistas sobre a rede urbana; • Realização de um trabalho de grupo para apresentação oral sobre as redes urbanas; • Realização de um esquema síntese das temáticas com o contributo dos alunos; • Realização de questões-	• Sugerir formas de atenuar os desequilíbrios da rede urbana; • Equacionar o papel das cidades médias na reorganização da rede urbana; • Discutir a inserção da rede urbana nacional nas redes ibéricas e europeias; • Sugerir medidas que permitam aumentar a visibilidade externa das cidades portuguesas; • Utilizar técnicas de expressão gráfica e cartográfica; • Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos; • Utilizar a internet como meio de pesquisa e recolha de dados estatísticos; • Rigor, articulação e uso consistente de conhecimentos e do vocabulário geográfico; • Selecionar informação geográfica pertinente; • Analisar factos, teorias e/ou situações, identificando os seus elementos ou dados, nomeadamente a localização e as características geográficas; • Mobilizar diferentes fontes de	• Compreender que a defesa de valores fundamentais como o da solidariedade, da entajuda e do trabalho, contribui para aumentar a qualidade de vida e para impulsionar o desenvolvimento harmonioso da sociedade; • Adquirir e desenvolver conhecimentos e capacidades fundamentais para as decisões que, no futuro, terão que tomar sobre as suas finanças pessoais, habilitando-os como consumidores, a lidar com a crescente complexidade dos contextos e instrumentos financeiros; • Saber como contribuir para uma cidadania democrática, incidindo especialmente sobre o espectro alargado dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; • Consciencializar e compreender as causas dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial, num contexto de interdependência e globalização.
---	--	--

aula.	informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados; • Organizar informação, resultante da leitura e do estudo autónomo, de forma sistematizada; • Estabelecer relações intra e interdisciplinares.	
UNIDADE DIDÁTICA: A População – como se movimenta e comunica. SUBUNIDADE: ○ Revolução das telecomunicações e o seu impacte nas relações interterritoriais; ○ Os transportes e as comunicações e qualidade de vida da população. TEMA ESCOLHIDO PARA O ESTUDO: • O papel das T.I.C. no dinamismo dos espaços geográficos; • As T.I.C. – Fator de aproximação e de desigualdade; • A multiplicidade dos espaços de vivência; • Reflexos das T.I.C. na qualidade de vida.		
ATIVIDADES	OBJETIVOS DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE GEOGRAFIA	
➤ Abordagem da matéria partindo de um problema: os efeitos nocivos da T.I.C.; ➤ Realização de um <i>Roll Play</i>; ➤ Visualização de documentário sobre as telecomunicações em	• Explicar a distribuição espacial das telecomunicações em Portugal e a sua inserção no contexto europeu e mundial; • Relacionar as T.I.C. com o dinamismo dos espaços geográficos; • Reconhecer os efeitos dos transportes	

Portugal; ➤ Debate sobre aquilo que os alunos pensam sobre as telecomunicações; ➤ Conversa Informal sobre as regras rodoviárias, por forma a abordar a utilização dos transportes; ➤ Realização de um trabalho para apresentação oral sobre as T.I.C.; ➤ Realização de questões-aula; ➤ Realização de esquema síntese com o contributo da turma.	e das telecomunicações na qualidade de vida da população e na organização do território; • Equacionar os problemas decorrentes da utilização dos transportes e das telecomunicações; • Manusear e interpretar mapas e outras representações gráficas; • Utilizar as T.I.C. como meio de pesquisa e de aprendizagem; • Rigor, articulação e uso consistente de conhecimentos e do vocabulário geográfico; • Selecionar informação geográfica pertinente; • Analisar factos, teorias e/ou situações, identificando os seus elementos ou dados, nomeadamente a localização e as características geográficas; • Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados; • Organizar informação, resultante da leitura e do estudo autónomo, de forma sistematizada; • Estabelecer relações intra e	
---	---	--

	interdisciplinares.	
ATIVIDADE FINAL: Inquérito – “A Geografia e a Educação para a Cidadania”.	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE GEOGRAFIA EM ESTUDO: Cidades e a União Europeia.	OBJETIVO: ➤ Aferir o contributo da Geografia para a formação de cidadãos cientes dos seus direitos e deveres; ➤ Verificar a promoção da educação para a cidadania no contexto da educação geográfica, através dos temas curriculares.

***Fonte:** Elaborado, com a adaptação dos manuais do 11º de escolaridade da Texto Editora e da Arial Editora, Geografia A e R@io-X, respetivamente.*

2º PASSO – Realizar alguns ensaios e atividades (ex: jogos, debates, *roll plays*, etc), para a promoção do sentido de cidadania e de Direitos e Deveres em sala de aula.

3º PASSO – Aplicação de um inquérito generalista, com algumas questões geográficas e de carácter cívico.

4º PASSO – Aferir se a Geografia, pode ou não, contribuir para melhorar a performance dos alunos enquanto cidadãos, avaliando as aulas, atividades e respostas ao inquérito (a apresentar no Subcapítulo 2.3.).

2.3. Resultados: Cidadania no Ensino da Geografia - O que pensam os alunos e os professores

Os instrumentos de trabalho permitiram-nos adquirir informações valiosas que nos possibilitaram responder às questões de partida deste relatório de uma forma mais clara, objetiva, concisa e completa:

- “O que fundamenta a promoção da Educação para a Cidadania na escola?”;
- “Que princípios orientam a ação do professor como agente de Educação para a Cidadania?”;
- “Qual o contributo dos professores de Geografia para a formação de cidadãos?”;
- “Como posso promover a Educação para a Cidadania tendo como contexto a aula de Geografia?”;
- “Poderão as atividades desenvolvidas nas aulas de Geografia proporcionar, simultaneamente, o sucesso na disciplina e o desenvolvimento de capacidades necessárias ao exercício da cidadania?”;
- “Quais os conteúdos de geografia onde se introduz a Cidadania Pró-ativa?”;

- “Que importância atribuem os alunos à disciplina de Geografia para a sua educação enquanto cidadãos?”.

Após os vários ensaios e métodos de avaliação de transposição de saberes geográficos para a cidadania, os resultados obtidos através da avaliação das atividades desenvolvidas (em anexo) e das respostas dos alunos aos inquéritos, confirmaram que as competências de cidadania podem ser desenvolvidas em simultâneo com a aquisição de conhecimentos, porque na amostra em estudo, houve uma evolução no desenvolvimento das competências de cidadania dos alunos, bem como um reconhecimento do contributo do currículo de Geografia na educação destes enquanto cidadãos (Gráfico 1 e 2).

Como podemos verificar no Gráfico 1, 95% dos alunos, ou seja 76 alunos da amostra, acredita que a Geografia, enquanto área científica pode contribuir para a formação de cidadãos, e 88% (71 alunos da amostra) diz que esta, pode contribuir para melhorar a sua performance enquanto cidadão (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Pergunta 4 do Inquérito

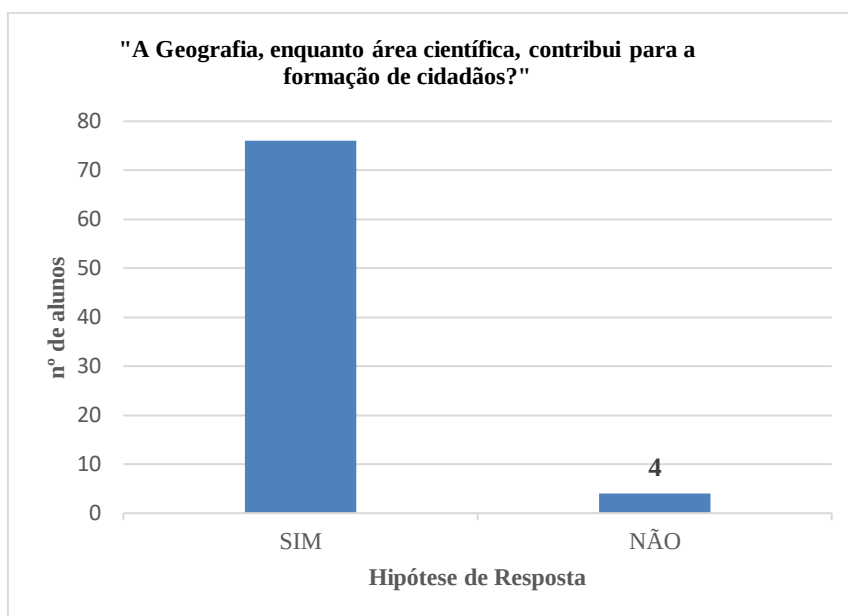
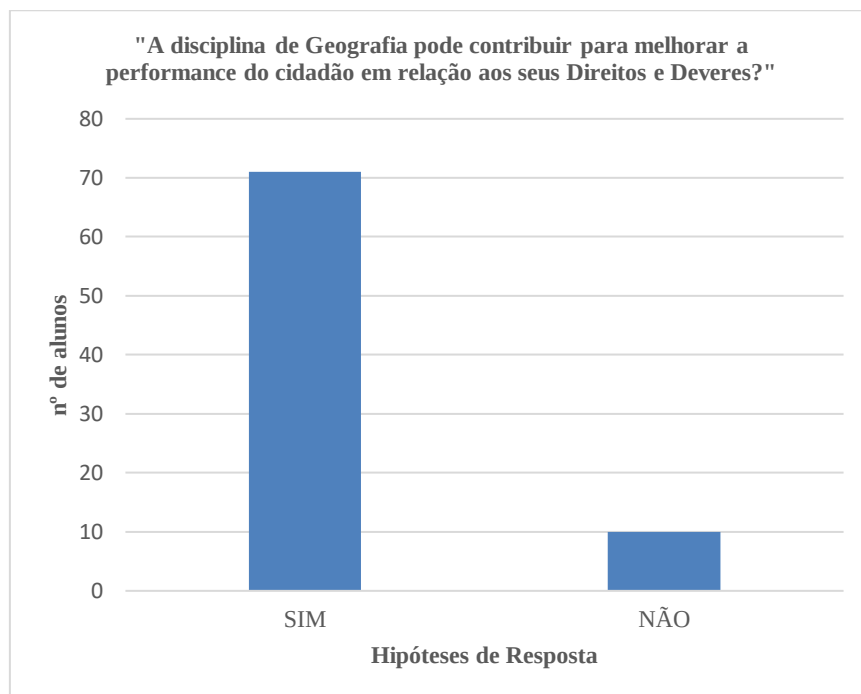
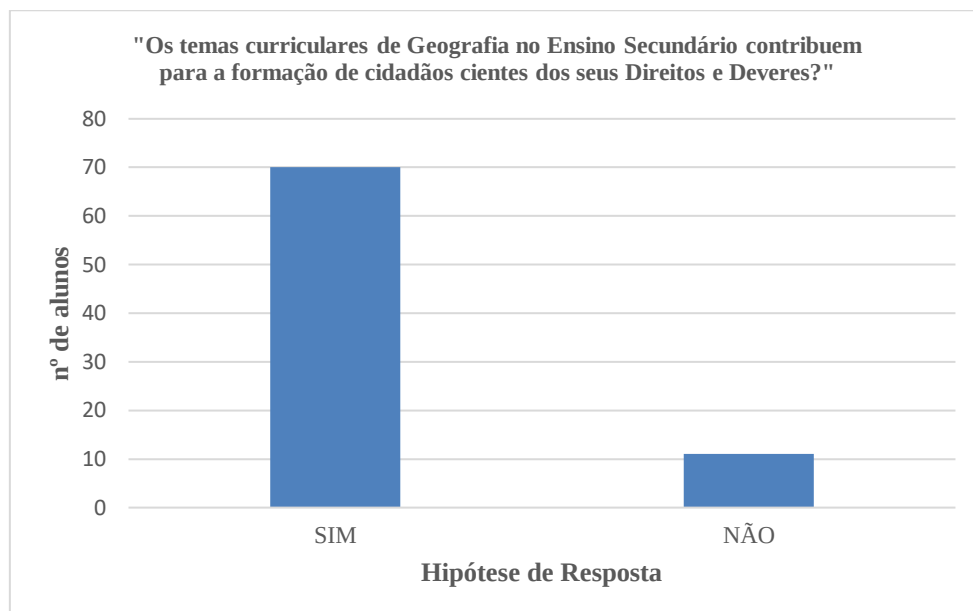


Gráfico 2 - Pergunta 7 do Inquérito



A opinião mantém-se, a Geografia e os seus conteúdos são importantes para capacitar os alunos para a vida em sociedade, dado que 70 alunos da amostra (86%), diz que esta disciplina os torna cidadãos cientes dos seus direitos e valores (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Pergunta 5 do Inquérito

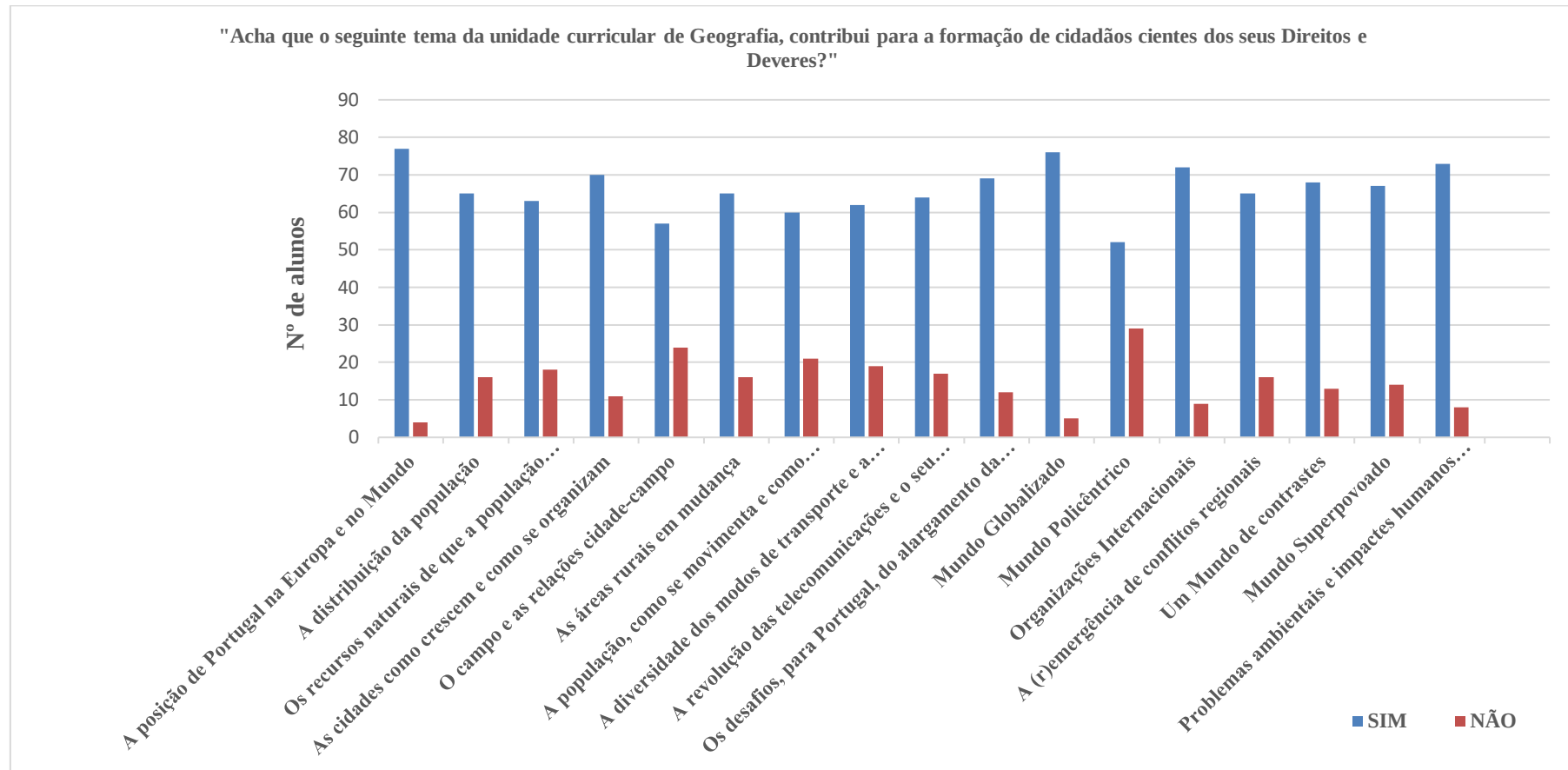


Já no que diz respeito aos temas propriamente ditos da disciplina, decidimos abranger todos os presentes no currículo de Geografia no Ensino Secundário, expondo os seguintes:

- “A posição de Portugal na Europa e no Mundo”;
- “A distribuição da população”;
- “Os recursos naturais de que a população dispõe: o mar, o subsolo e o Sol”;
- “As cidades: como crescem e como se organizam”;
- “O campo e as relações cidade-campo”;
- “As áreas rurais em mudança”;
- “A população: como se movimenta e como comunica”;
- “A diversidade dos modos de transporte e a desigualdade espacial das redes”;
- “Os desafios, para Portugal, do alargamento da União Europeia”;
- o “Mundo Globalizado”;
- o “Mundo Policêntrico”;
- as “Organizações Internacionais”;

- “A (r)emergência de conflitos regionais”;
- “Um Mundo de contrastes”;
- o “Mundo Superpovoado”;
- os “Problemas ambientais e impactes humanos diferenciados”.

Gráfico 4 - Pergunta 6 do Inquérito



Dos temas enunciados, os alunos conferiram mais importância para a sua formação enquanto cidadãos, as temáticas de escala europeia, as problemáticas ambientais e os temas do seu quotidiano, como cidades e transportes (Gráfico 4).

Uma observação a fazer, diz respeito às respostas maioritariamente negativas por parte dos alunos do 10º ano de escolaridade, que penso serem correspondentes ao facto de desconhcerem os conteúdos das matérias.

Na Iniciação à Prática Profissional verificou-se o sucesso escolar e o desenvolvimento de competências de cidadania, podendo-se considerar que na generalidade as atividades foram bem-sucedidas, e que os resultados obtidos se relacionam sobretudo com o facto das atividades realizadas abordarem temas que partem de experiências, conhecimentos e assuntos do quotidiano dos alunos, como é o caso das Perguntas 8 (Gráfico 5) e 9 (Gráfico 6), presentes no inquérito realizado.

Gráfico 5 - Pergunta 8 do Inquérito

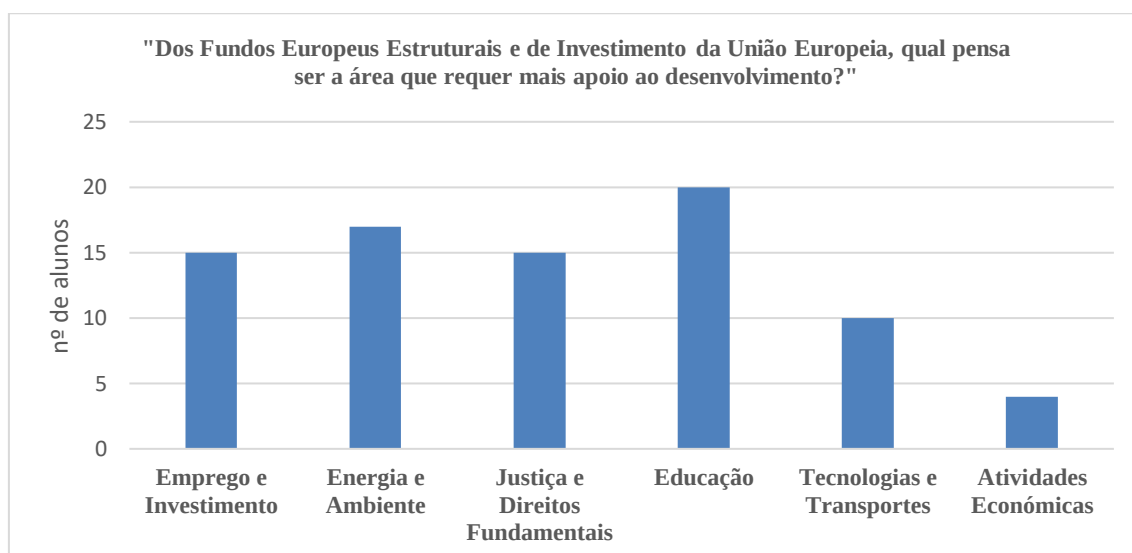
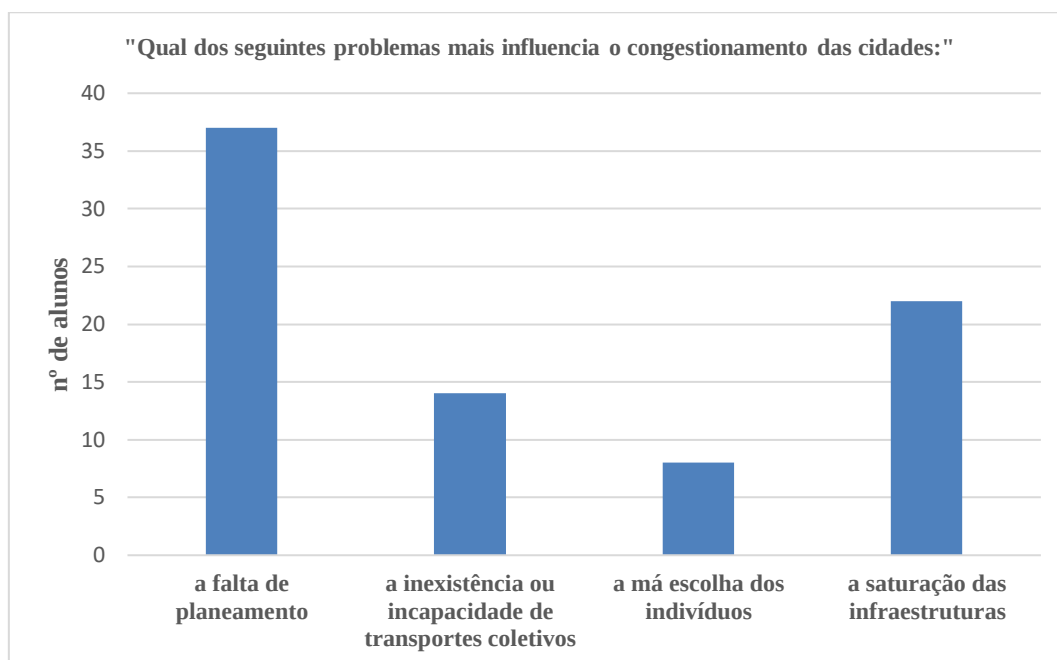


Gráfico 6 - Pergunta 9 do Inquérito



Estas perguntas foram bastante interessantes, e puderam ajudar-nos a retirar várias informações, já que no cruzamento de dados pessoais e em conversas informais, podemos verificar que grande parte dos alunos respondeu na Pergunta 8, que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento da União Europeia deveriam apoiar a área da Educação pelo facto de não se sentirem confortáveis e seguros na sua escola e acharem que carecem de materiais escolares. Outra das áreas que eles destacaram foi o Ambiente e a Energia, dado que é uma unidade transversal a todo o programa curricular no Ensino Secundário de Geografia.

Já na Pergunta 9, referente ao congestionamento das cidades, local onde todos os alunos da amostra habitam, 37 atribuíram a culpa à falta de planeamento e 22 à saturação das infraestruturas, porque em todos os anos escolares em estudo são abordadas as temáticas do planeamento e ordenamento do território.

Sobre a importância da escola na educação para a cidadania, a opinião é unânime, pois todos consideram que as aprendizagens escolares os ajudam a ser cidadãos.

Mas a análise não ficaria completa se não tivesse a perspectiva dos responsáveis e principais colaboradores neste projeto – os alunos e os professores responsáveis por lecionar as diferentes turmas -, sobre o que constitui para eles a Cidadania.

Figura 4 – Nuvem de Palavras: “O que entende por Cidadania?”, palavras e expressões mais referidas pelos alunos e professores



Como se pôde verificar, a opinião dos alunos e colegas, sobre o conceito de cidadania não difere muito dos apresentados anteriormente, mas pensamos que isto se deve ao reconhecimento e à consciência da sua condição de cidadãos, e de aceitarem como senso comum que todos temos direitos, deveres e responsabilidades perante os outros e, nomeadamente, na comunidade onde estamos inseridos, no nosso país, na Europa e no mundo.

Desta nuvem de palavras também é possível aferir-se que as palavras que mais se destacam, como por exemplo o(s) “Cidadão(s)”, o “Estado”, os “Direitos” e os “Deveres”, vão ao encontro daquilo que é referido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas Constituições dos países democráticos, como é o caso de Portugal, enquanto que palavras, igualmente importantes no exercício da cidadania, não são tão valorizadas, como é exemplo o “Respeito pelo outro”, “Bem Comum”, “Respeitar pela Lei”, “Justiça Social”, “Cultura”, “Valores”, entre outras.

Por outro lado, tratando-se de professores e alunos de Geografia, esperava-se que as palavras ligadas ao território - uma dimensão fundamental da cidadania - estivessem mais valorizadas, como é o caso, por exemplo, de “Localidade”, “Comunidade”, “Desenvolvimento”, “Mundo”, “Ambiente”, “País”, ou até mesmo, o “Direito ao Território” ou “Direito à Cidade”, que estranhamente não são referidos, o que comprova que as competências geográficas nesta matéria, ainda têm que ser mais desenvolvidas.

Capítulo 3. Considerações Finais

Percorremos um longo caminho para concretizar esta Dissertação de Mestrado, e agora, ao compormos algumas das considerações finais, temos a perfeita consciência que muito ficou, por fazer e dizer. Mesmo assim, e já quase no seu final, ficam aqui algumas das principais conclusões sobre a problemática:

Segundo Sandra Tereso (2015), “ser cidadão é desenvolver-se a si próprio na procura pela satisfação pessoal, é sentir-se incitado a participar na comunidade onde está integrado, e ao mesmo tempo, ser parte responsável nessa mesma sociedade”.

A educação para a cidadania constitui, nos nossos dias, um desafio e um compromisso para todos os responsáveis da educação - a família, a escola e a comunidade.

A centralidade da Educação para a Cidadania é, atualmente, em grande medida, determinada pela incerteza e pelas contrariedades da contemporaneidade. Estas, exigem uma maior responsabilidade social e moral, uma maior participação na vida social e uma maior literacia política, por forma a que haja uma maior abertura das pessoas aos valores cívicos.

Mas, constitui também um desafio, porque embora seja uma questão consensual na nossa sociedade, haja unanimidade em torno da sua importância e se tenha o reconhecimento da escola como lugar para o desenvolver, esta, está longe de se tornar uma realidade, já que ainda não existe equivalência nas práticas de trabalho docente, o que comporta novas exigências ao trabalho dos professores e à reorganização curricular. Contudo, não findam aqui os fatores que podem condicionar a implementação de novas práticas que conduzam à promoção da cidadania na escola, podendo falar-se de outros, como por exemplo, turmas com um elevado número de alunos, instalações deficientes e falta de equipamentos.

Sandra Tereso (2015), afirma que na escola, “o professor deve assumir um papel preponderante na Educação para a Cidadania”, mas, para isso, é necessário inscrever este princípio cívico nos currículos de ensino, em cada uma das disciplinas, “de maneira a garantir o desenvolvimento de uma cultura científica reflexiva”.

Cada professor deve imprimir os conteúdos específicos da Educação para a

Cidadania nas suas práticas pedagógicas, tendo como ponto de partida a disciplina que leciona, ensinando os seus alunos a servirem-se dos conhecimentos científicos que aprendem, para tomar decisões, porque “tão importante como assimilar conhecimentos, é saber transferi-los, mobiliza-los e contextualiza-los” (Tereso, 2015).

Em suma, segundo João Reis (2000), entre os desafios à construção de práticas escolares focadas no tema da cidadania, devemos considerar os seguintes aspetos:

- Reconhecer a insuficiência dos conteúdos cognitivos e informativos na promoção de uma cidadania ativa;
- Conceber que a aquisição de valores, mais do que o ensino direto, exige vivências, meios e informação, sendo essencial propiciar experiências aos alunos que permitam um desenvolvimento da responsabilidade social;
- Insistir para que a Educação para a Cidadania tenha lugar em todos os sítios, ciclos de estudos e, por conseguinte, em todas as idades, assegurando a transmissão progressiva para uma vida ativa em sociedade;
- Conferir a importância necessária aos sistemas educativos para integrarem nos currículos escolares, competências de cidadania que, sem prejuízo da adequação aos contextos, atendam a programas obrigatórios com créditos académicos.

Em resposta a estes condicionalismos, associados muitas vezes à “falta de naturalidade na participação dos alunos na vida escolar, é importante que cada professor reflita a sua conduta” e promova uma escola assente, também, nos interesses e necessidades dos alunos (Reis, 2000).

A introdução das questões de cidadania nos programas escolares e a criação de unidades curriculares para o seu desenvolvimento, torna indispensável e inevitável, a reformulação da formação dos professores, por forma a clarificar os conteúdos, e para que estes desempenhem melhor o papel de formadores de competências, capacidades e atitudes.

Importa também referir que há uma premência no trabalho de equipa entre docentes, coerente e sistemático, onde estes possam trocar experiências e discutir métodos de abordagem de temáticas e a operacionalização das mesmas.

Não obstante esta problemática pressuponha todas as áreas de ensino e docentes,

interessa-nos aqui sublinhar os professores de Geografia, que podem e devem utilizar as questões da cidadania para explorar o seu ofício, visto que a Educação Geográfica permite desenvolver práticas onde as questões de cidadania têm um papel incontornável.

Partilhando da ideia de Naval (1995), a ideia de educar para cidadania num mundo tão complexo como o atual, “não se compadece com o pitoresco currículo de formação cívica ou moral”, nem com um complemento da Educação Geral - a Formação Cívica -, que embora seja necessária, é carente de uma capacidade de avaliação, de validade cognitiva e de uma estrutura afetiva.

Neste sentido procuramos, após a realização deste trabalho, findar aqui, com a exposição da nossa opinião sobre vários temas do contexto atual do ensino e da temática em estudo, a clarificação do conceito de cidadania e o apontar dos principais aspetos para a sua presença na agenda escolar, e mais concretamente, em Geografia. De seguida, apontamos uma perspetiva pedagógica das exigências que se colocam ao trabalho docente, nas quais nos vimos envolvidos na prática de ensino supervisionada, comentando a operacionalização dos projetos curriculares que realizamos em contexto de estágio, e por fim, apresentamos algumas conclusões que o ensino e a aprendizagem em Geografia podem usar, eficazmente, para o cumprimento do propósito da Educação para a Cidadania.

Como pudemos explicar, a ideia de cidadania nasceu da transformação do súbdito em cidadão. Esta mudança teve um valor inquestionável, dado que permitiu a construção de sociedades mais justas, traduzindo a cidadania como uma qualidade de todos os membros de uma sociedade, conferindo-lhes Direitos e Deveres de participação na vida pública.

O atual modelo de Cidadania Democrática, reclama um alargamento, visto que as mudanças a que temos assistido nos vários sectores da nossa sociedade, tornam as respostas que damos insuficientes, de modo que temos de encontrar soluções para os novos problemas que se colocam aos cidadãos.

O alargamento e aprofundamento da cidadania, está ligado a problemas como: o ambiente, o urbanismo, a qualidade de vida, a exclusão social, a situação face ao emprego, a corrupção, a utilização das tecnologias de informação e de comunicação, entre outros.

Para que haja a concretização deste alargamento, a cidadania pede maior responsabilidade e “virtudes sociais” por parte dos cidadãos, incluindo os jovens, pois são elementares para a constituição e manutenção da sociedade, daí a cidadania passar a estar presente na agenda escolar.

Consagraram-se vários suportes legais no âmbito dos sistemas educativos... Surgiram recomendações internacionais, multiplicaram-se os programas de ação, e aos poucos e poucos, foi-se redefinindo o papel social da escola, e os domínios da educação para os valores, do desenvolvimento do raciocínio moral e das atitudes democráticas.

As estratégias lançadas atualmente procuram oferecer resposta aos desafios e às transformações de ordem mundial na política, na economia e na sociedade. Procuram ocupar o lugar intermédio entre a família e a sociedade, no exercício da responsabilidade educativa, enfrentando a fragmentação da coesão social.

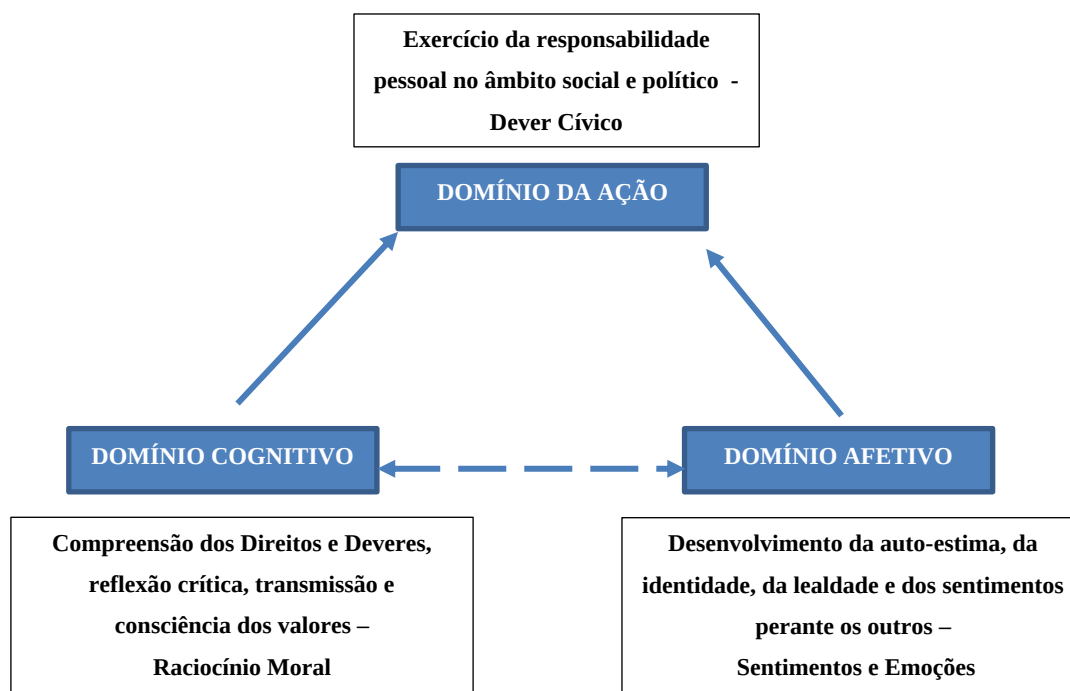
Na realidade, a problemática da Educação para a Cidadania, tem sido as designações e intencionalidades diversas que lhe têm conferido.

Segundo Sandra Tereso (2015), há “dois tipos de formação que podem ser confundidos ou assimilados como o a educação para a cidadania”: a formação ética ou moral, e a formação cívica ou sociopolítica, que podem ser tomadas como equivalentes, como sucede em grande parte da literatura sobre a matéria, porque a intencionalidade de formar cidadãos e de promover o seu desenvolvimento cívico, tem em vista o exercício de uma cidadania responsável. Mas, do nosso ponto de vista, mesmo que seja verdade e ambas as formações sejam necessárias e confluentes, não correspondem literalmente à conceptualização da Educação para a Cidadania.

Segundo João Reis (2000), a operacionalização da educação para a cidadania resulta da conjugação de três domínios (Figura 5): o domínio cognitivo, que inclui as metodologias pedagógicas ligadas à compreensão dos direitos e deveres, ao desenvolvimento do raciocínio, transmissão e reflexão crítica e à consciência de valores; o domínio afetivo, que tem uma relação de interdependência com o anterior, dado que inclui as metodologias de desenvolvimento da autoestima, dos sentimentos de pertença, lealdade e identidade, assim como as atitudes perante os outros e a comunidade; e por último, o domínio da ação que considera a concretização dos conhecimentos,

capacidades, atitudes, comportamentos e valores dos anteriores.

Figura 5 - Triângulo da Cidadania (adaptado de Reis 2000, citando Rowe 1993)



Para João Reis (2000), a “execução destas competências de cidadania, depende da efetivação desta perspectiva pedagógica integradora”, o que nos apele dizer que existem duas componentes da cidadania: a ético-moral, inerente à própria educação como valores de referência (a obediência, o respeito pelos mais velhos, a disciplina, a cooperação, a liberdade, a igualdade, o respeito pela diferença...); e a sociopolítica, relacionada com a participação na vida pública (o espírito crítico, os interesses e modos de vida, a consciência cívica, a identificação cultural...).

Das disciplinas escolares, a Geografia, pelos temas que aborda, desempenha um papel relevante (nem sempre claro) no domínio da educação para a cidadania.

O contributo da Geografia na formação dos alunos revela-se essencial na apropriação e conhecimento do espaço geográfico, na transmissão de valores de identidade nacional, no confronto de culturas, na identificação das relações de

interdependência aos níveis sociais, político, económico, ambiental e territorial, e na matéria de Direitos Humanos e cooperação internacional.

Em Portugal, os programas de Geografia em vigor preveem a abordagem de questões como a integração europeia, a preservação da natureza e do ambiente, a qualidade de vida, entre muitos outros, que traduzem na sua globalidade uma forte intencionalidade, sendo fundamentais no desenvolvimento de competências de cidadania local, nacional e internacional.

Na Iniciação à Prática Profissional a promoção da cidadania, aliada aos conteúdos lecionados foi uma constante, tendo sempre a preocupação para que as atividades realizadas fossem significativas e socializadoras, abordando temáticas da atualidade, ou então, incluindo, assuntos e perspetivas do quotidiano dos alunos, envolvendo-os e motivando-os para o desenvolvimento das mesmas. Para isso, recorreu-se a variadíssimas estratégias que visavam o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, de confronto de ideias, integrando nelas as vivências pessoais de cada um dos alunos, e procurando proporcionar a interação horizontal entre professora-alunos, e entre alunos.

Procuramos ser o menos expositivo possíveis, assumindo um papel de orientadores e moderadores na gestão das discussões travadas entre a turma, tentando não cair na tentação de nos preocuparmos só com a retenção de conteúdos, mas mostrando a utilidade dos mesmos para a vida laboral, social e política dos alunos.

As atividades desenvolvidas na Iniciação à Prática Profissional possibilitaram aos alunos, perceber a importância da Geografia na compreensão e resolução de problemas sociais, nomeadamente, quando os expusemos a problemas do quotidiano, que deveriam ser solucionados, sem o auxílio do telemóvel. A aplicação desta atividade, assim como as já mencionadas, proporcionou experiências aos alunos, que os fizeram repensar a importância de estar ativo e informado sobre o que se passa no dia a dia, na nossa sociedade, sabendo identificar e evitar a manipulação por informações pouco credíveis ou parciais.

Fomentou também, a tomada de consciência de que a disciplina de Geografia é relevante na sociedade, e que um cidadão geograficamente competente possui maior capacidade de intervenção nas estruturas sociais e territoriais.

As metodologias de trabalho utilizadas, ajudaram no êxito da aquisição de competências de cidadania. Se por um lado o trabalho individual e os inquéritos, permitiram uma reflexão e procura de informação autónoma, o trabalho de grupo, os jogos e os debates, possibilitaram a partilha e o confronto de ideias, na procura de informações para argumentar as opiniões.

Apesar de toda a resistência, ampliada pela indisciplina, trabalhar com temas do quotidiano dos alunos fez com que ficassem mais motivados e empenhados.

Se nos concedem a liberdade, declaramos que os meus alunos desenvolveram as capacidades necessárias ao exercício da cidadania e, em simultâneo atingiram o sucesso na disciplina.

A Iniciação à Prática Profissional foi uma experiência muito positiva, enriquecedora e motivante, quer a nível pessoal, como profissional, confirmando, com certeza que este é o percurso profissional a seguir. Mas, no término desta apresentação, não podemos, de forma alguma, deixar de reportar alguns dos constrangimentos na elaboração deste trabalho.

O primeiro de cariz temporal, dado que o espaço de tempo que dedicamos à sua realização foi muito escasso, pelo que não conseguimos explorar, nem retirar todas as devidas ilações da investigação.

O segundo, diz respeito ao facto das conclusões que aqui explanamos serem somente aplicadas a este contexto geográfico e escolar, não sendo aconselhável serem objeto de uma generalização.

E, não obstante, em terceiro, as estratégias que fomos elencando e explorando, representam, também elas, apenas um pequeno contributo para o desenvolvimento e a melhoria das práticas de atuação dos professores, requerendo atenção e diagnóstico noutros contextos, dado que podem existir diferentes situações ou cenários sociais e escolares.

Posto isto, consideramos, que este Relatório de Estágio tem uma mensagem explícita: o entusiasmo e a vontade por parte da comunidade educativa perante as questões da cidadania permite-nos idealizar que existem condições para encontrarmos soluções teóricas e práticas, enfrentarmos resistências e inaugurarmos iniciativas.

Referências Bibliográficas

BATISTA, P. (2017). *O papel da Escola*. Disponível em: <https://www.estudokids.com.br/qual-o-papel-da-escola/>, consultado a 26 de Setembro de 2019.

BENEJAM, P. (1992). *La Didáctica de la Geografía desde la Prespectiva Construtivista*; Documents d'Anàlisi Geogràfica, 21, Publicacions del Departament de Geografia Universitat Autònoma de Barcelona. p. 35-52.

BOURDIEU, P. (1984). *Sociology in question*. Sage Publications: Paris.

CANÁRIO, R.; CABRITO, B. (2005). *Educação e Formação de Adultos: Mutações e convergências*. Lisboa: Educa.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (VII Revisão Constitucional, 2005). Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, consultado a 12 de Setembro de 2019.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1976). Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>, consultado a 12 de Setembro de 2019.

DGE (2001). *Programa de Geografia A – 10º, 11º e 12º ano*, Maria Luísa Alves Maria Manuela Brazão Odete Sousa Martins (coord.). Disponível em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/geografia_a_10_11.pdf, consultado a 9 de Setembro de 2019.

DGE (2018). *Aprendizagens Essenciais*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/11_geografia_a.pdf, consultado a 9 de Setembro de 2019.

DGE (2017). *ENEC – Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania*. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf, consultado a 9 de Setembro de 2019.

DGE (2013). *ENEC – Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania: Linhas Orientadoras*. Disponível em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf, consultado a 9 de Setembro de 2019.

FONTÃO, V. (2013). *Papel da Escola na Reprodução Social*. Universidade do Minho – Instituto de Educação;

FORMOSINHO, J.; MACHADO, J.; MESQUITA E. (2012). Individualismo e colaboração dos professores em situação de formação. In *Atas do VII Simpósio de Organização e Gestão Escolar*. Aveiro: Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, p.1-11.

INFOPÉDIA. (2003). *Cidadania*. Porto: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$cidadania](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$cidadania), consultado a 17 de Setembro de 2019;

LOPES, R. (2017). *Dia a Dia na Educação: A Relação Professor Aluno e o Processo Ensino Aprendizagem*. Brasil

LUCENA, C. (2015). *Adoecimento e sofrimento docente na perspetiva da precarização do trabalho*. Laplage em Revista, vol. 1, núm. 2 Maio-Agosto. p. 32-47. Universidade Federal de São Carlos Sorocaba, Brasil.

MARTINS, G. O. (1993) [2.^a ed.]. *Escola de Cidadãos*. Lisboa: Editorial de Fragmentos.

MASSEY, D.; ALLEN, J. (1984). *Geography matters!* Cambridge University Press

MIALARET, V. (1981:165). Citado em Pombo, O. (s/d) disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/protagoras2/links/paideia.htm>, consultado a 26 de Setembro de 2019.

MOLLO-BOUVIER, S. (2005). *Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica*. vol.26, n.91, p.391-403.

MORIN, E. (2000). *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. S. Paulo: Cortez Editora.

NAVAL. C. (1995). *Educación Ciudadanos: la polémica liberal comunitarista en educación*. Pamplona: EUNSA.

OLIVEIRA, M. (1992). *Europa – Unidade e diversidade, educação e cidadania*. Colóquio: Educação e Sociedade, p.41-60.

OLIVEIRA, S. (2018). *Educar para a Cidadania é construir uma Sociedade Responsável*. Disponível em:

<https://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=132128&langid=1>, consultado a 17 de Setembro de 2019.

PERRENOUD, P. (2002). *A Escola e a Aprendizagem da Democracia*. Porto: Edições Asa.

PERRENOUD P. (1999). *Formar professores em contextos sociais em mudança: Prática reflexiva e participação crítica*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade de Genebra. *Revista Brasileira de Educação*, Set-Dez 1999, n° 12, pp. 5-21.

PLATÃO. (Leis, 643). Citado em Pombo, O. (s/d) Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/protagoras2/links/paideia.htm>, consultado a 26 de Setembro de 2019.

POGERE, E. (2017). *O Papel Da Sociedade Na Escola Atual*. Ensino Magazine. Disponível em: <http://www.ensino.eu/ensino-magazine/dezembro-2017/opinioao/opapeldasociedadenaescolaatual.aspx>, consultado a 17 de Setembro de 2019.

RTP – RÁDIO E TELVISÃO DE PORTUGAL (2019). Apresentação de Fátima Campos Ferreira, com a participação da Dr.^a Isabel Gil, do Dr. Daniel Traça, do Dr. António Cortez, do Dr. Filinto Lima e do Dr. António Coelho. *Prós e Contrás 2019: Revolução Digital na Educação*. [Programa de televisão: Série 17, Episódio 21 de 43, com duração de 190 minutos]. Lisboa.

REIS, J. (2000). Cidadania na Escola: Desafio e Compromisso. *Inforgeo*, n.º 15, Lisboa: Edições Colibri. p. 105-116.

REIS, J. (2002). Educação Geográfica e Cidadania: Uma Missão Possível. Barata Salgueiro, Teresa (coord.) – Olhares sobre o Território e a Espacialidade. *Estudos de Geografia Humana e Regional*, n.º 45, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. p. 95-106.

ROWE. D. (1993). *Citizenship education in secondary education*. Relatório de 60º seminário do Conselho da Europa para professores. Strasbourg: council for cultural co-operation.

SANT'ANNA, I.; MENEGOLLA. M. (2001). *Porque Planejar? Como Planejar?*. Editora Vozes. p. 25.

SARMENTO, M. J. (2006). *A Construção Social da Cidadania na Infância*. Conferência proferida no IV Congresso da Texto Editora. Setembro de 2006.

TERESO. S. (2015). *A Promoção da Cidadania no Ensino da História e da Geografia*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

UNESCO (2015). *Global Citizenship Education: Topics and learning Objectives*. Paris. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232993e.pdf>, consultado a 18 de Setembro de 2017.

VASCONCELOS, T. (2007) *A importância da educação na construção da cidadania*. Saber(e)Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º12, p.109-117.

Legislação

Lei n.º 46/86 de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de agosto.

Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de julho.

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho.

Bibliografia Consultada

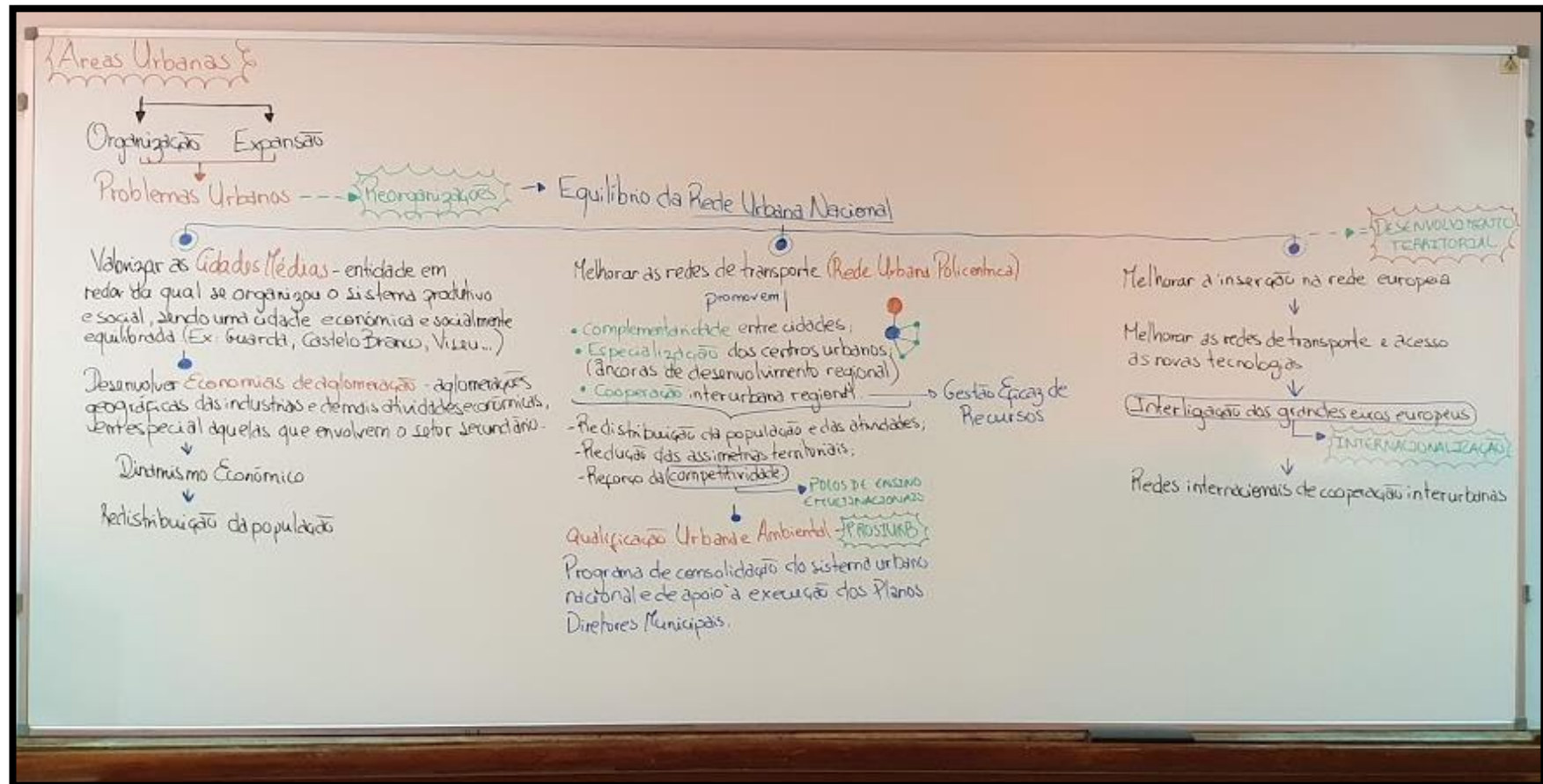
ALARCÃO, I. (2001). *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade*. Porto Alegre: Artmed Editora.

- ARAÚJO, S. E. F. A. (2008). *Contributos para uma Educação para a Cidadania: Professores e Alunos em Contexto Intercultural*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- BELTRÃO, L.; NASCIMENTO, H. (2000). *O Desafio da Cidadania na Escola*. Lisboa: Presença.
- COMISSÃO DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA (1992). *Carta Internacional da Educação Geográfica*. Lisboa: Associação de Professores de Geografia. *Constituição da República Portuguesa* (VII Revisão Constitucional 2005). Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, consultado a 09 de Setembro de 2019.
- CORTELLA, M. (2010). *Entrevista: Educar para Transformar*. Disponível em: http://www.nucleopedagogicoaprendiz.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=88:-entrevista-com-mario-sergio-cortella-educar-para-transformar&catid=1:novidades, consultado a 09 de Setembro de 2019.
- CRUZ, A. O. (2004). *Cidadania: Sistema Educativo e Cidade Educadora*. Lisboa: Instituto Piaget.
- CUNHA, P.O. (1993). *Objetivos, conteúdos e métodos de disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social*. Inovação. p. 287-308.
- DAVIS, C. et al. (1989). Papel e Valor das Interações Sociais em Sala de Aula. *Caderno de Pesquisa de São Paulo*, p. 49-54.
- DELORS, J. (Coord.). (1996). *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Relatório preparado para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. Porto: Edições ASA.
- FÉLIX, N.; ROLDÃO, M. C. (1996). *Dimensões Formativas de Disciplinas do Ensino Básico, História*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- FERREIRA, J. S.; ESTEVÃO, C. (2003). *A Construção de uma Escola Cidadã*. Braga: Externato Infante D. Henrique.
- FIGUEIREDO, C. C.; SILVA, A. S. (2000). *A Educação para a Cidadania no Sistema Educativo Português: 1974-1999, Education for Citizenship in the Portuguese Education System*. Lisboa: Ministério da Educação.

- FIGUEIREDO, I. (1999). *Educar para a Cidadania*. Porto: ASA.
- FONSECA, A. M. (2001) [2.^a ed.]. *Educar para a Cidadania: Motivações, Princípios e Metodologias*. Porto: Porto Editora.
- LEMOS, P. (2017). *(Des)Encontros com a Indisciplina*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARQUES, R. (2003). *Valores Éticos e Cidadania na Escola*. Editorial Presença.
- MARQUES, R. (2008). *A Cidadania na Escola*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ME-DES (2002). *Educação para a a Cidadania Cursos gerais e tecnológicos*. Departamento de Ensino Secundário. Ministério da Educação.
- NOGUEIRA, C.; SILVA, I. (2003) [5.^a ed.]. *Cidadania. Construção de Novas Práticas em Contexto Educativo*. Porto: Edições Asa.
- PAIXÃO, M. L. L. (2000). *Educar para a Cidadania*. Lisboa: Lisboa Editora.
- PIMENTA, S. G. (2005). *Professor Reflexivo no Brasil* . 3 ed. São Paulo: Cortez.
- PIRES, M. A. G. (2001). *Educação para a Cidadania: Uma Visão Nacional e Internacional*. Revista Portuguesa de Pedagogia, ano 35, n.º2. p. 179-192.
- REIS MONTEIRO. A. (2001). *Educação para a Cidadania: textos internacionais* tivascaUniversidade de Lisboa.
- ROLDÃO, M. C. (1999), *Cidadania e Currículo, Inovação – Direitos Humanos: Educação para a Cidadania*, Vol. 12, n.º.1, Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional. p. 9-26.
- ROLDÃO, M. C. (2004). *Gestão do Currículo – As Questões dos Professores*. Lisboa: Editorial Presença.
- SILVA, L. U.; FERREIRA, C. C. (2000). O Cidadão Geograficamente Competente: Competências da Geografia no Ensino Básico. *Inforgéo*, n.º 15. Lisboa: Edições Colibri. p. 91-102.
- TEDESCO, J. C. (1999). *O Novo Pacto Educativo: Educação, Competitividade e Cidadania na Sociedade Moderna*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Anexos

Anexo 1



Anexo 2

Ficha Formativa – 11º ano

Complete o Quadro:

Área Funcional: _____		
Classe Social	Estilo Arquitetónico	Características:
Faixa Etária		
Nacionalidade		
Classe Social	Estilo Arquitetónico	Características:
Faixa Etária		
Nacionalidade		
Classe Social	Estilo Arquitetónico	Características:
Faixa Etária		

Escola Secundária António Nobre
Disciplina de Geografia A – 11º ano
Ano Letivo 2018/2019

Nacionalidade		
Classe Social	Estilo Arquitetónico	Características:
Faixa Etária		
Nacionalidade		
Fenómeno		

1. Refira as razões que conduziram ao crescimento da população urbana em Portugal.
2. Definição de Cidade.
3. Explique a dificuldade de definir cidade.
4. Refira os critérios normalmente utilizados para definir «cidades».
5. Quais as principais funções urbanas?
6. O que são áreas funcionais?
7. Diga o que entende por «Segregação Espacial»?
8. Qual a variação da renda locativa do centro para a periferia?
9. Quais os fatores de variação da renda locativa?
10. Como varia a renda locativa para as três funções urbanas.
11. Qual a causa da elevada renda locativa no centro das cidades?
12. Descreva os fatores da localização industrial.
13. O que é a Gentrificação e como se explica este fenómeno?

Escola Secundária António Nobre
Disciplina de Geografia A – 11º ano
Ano Letivo 2018/2019



- Para a utilização das ajudas:
- **Ajuda de Professor:** a pergunta deve ser reformulada de forma objetiva e clara deve explicar a que entende por palavra chave.
 - **Ajuda de Manual:** o aluno tem de formular a resposta em 100 segundos.
 - **Ajuda de Manual Escalar:** o aluno deve formular a resposta em 180 segundos (aprox. 1:30).
 - **Troca de Participante:** o aluno deve conferenciar com os colegas de equipe quando não souber a resposta a questão colocada de forma a trocar de participante.
 - **Previsão de Jogo:** este ajuda pode ser utilizada quando os alunos performarem, intervenções a participação dos adversários.
- Esquema de Pontuação
- Cada resposta correta vale pontos, em caso de empate há formação de uma questão final escrita.
 - Todas as respostas corretas serão numeradas com 1 ponto.
 - Sempre que utilizado as ajudas a participação será numerada com 0,5.
 - Quando utilizada a previsão de jogo, se a equipe acertar corretamente na questão ganha 2 pontos, se errar perde 2 pontos.

VAMOS JOGAR?



Anexo 3

1. O excessivo crescimento da população nas áreas urbanas, sobretudo nas grandes aglomerações, nomeadamente na AMP e AML, não permite ajustar permanentemente as infraestruturas às necessidades da população. Daí, resultam alguns problemas urbanísticos, sociais e ambientais que afetam a qualidade de vida urbana.

Quais os problemas que mais afetam as condições de vida urbana?

Equipa A	Equipa B

6. Como se explica a insuficiência e ineficácia dos transportes públicos urbanos?

Equipa A	Equipa B

9. O que é que entende por “Pobreza Urbana” e quais os principais afetados pela mesma?

Equipa A	Equipa B

19. A Revitalização do Centro das cidades é hoje uma preocupação motivada, quer por interesses económicos, quer sociais e políticos, uma vez que, dela dependem a manutenção da centralidade e o repovoamento desse espaço. É a única forma de torná-lo competitivo face às novas centralidades e de combater a saída dos habitantes.

Indique algumas medidas implementadas no nosso país para o repovoamento do centro da cidade.

Equipa A	Equipa B

13. Mesmo tendo presente a complexidade dos problemas que mais afetam as condições de vida urbana, nós podemos criar e recuperar a qualidade de vida nas cidades.

Qual o papel do Planeamento e Ordenamento do Território para esta questão?

Equipa A	Equipa B

30. A valorização de cidade passa também pela humanização do espaço urbano.

Como podemos humanizar o espaço urbano?

Equipa A	Equipa B

31. A promoção do respeito pela cidade, é fundamental para que os cidadãos se sintam identificados com a mesma e que a sintam como sua.

Que ações contribuem para tal?

Equipa A	Equipa B

32. Qual a importância da promoção do envelhecimento ativo e das atividades intergeracionais?

Equipa A	Equipa B

Anexo 4

Problema 1 – O senhor Carlos vai em condução realizando a viagem Porto-Aveiro. A 1km da próxima estação de serviço, o telemóvel por onde estava a ver o trajeto a seguir, fica sem bateria, não tendo o carregador. O que deve fazer?

Problema 2 – O senhor Mário tem um acidente rodoviário em plena autoestrada, não tendo forma de contactar a família, o que deve fazer? Como pede ajuda?

Problema 3 – A Dona Carolina, dentro das suas boas capacidades físicas e cognitivas, aprende durante uma iniciativa do seu centro de dia, a utilizar o computador. Ao chegar a casa, decide ver o jornal on-line no PC do neto, mas esqueceu-se como se liga o aparelho. O que deve fazer?

Anexo 5

Pergunta 1 – Onde te cruzas com a geografia utilizando o teu telemóvel?

Pergunta 2 – Quais são as apps do teu telemóvel que utilizam conhecimentos geográficos?

Pergunta 3 – Como seria a tua vida sem telemóvel?

Pergunta 4 – Que tarefas facilitou o telemóvel na tua vida?

Pergunta 5 – Que problemas te trouxe o uso do telemóvel?

Pergunta 6 – Nós viveríamos sem a geografia? Porquê?